



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro iniciada em vinte e cinco de fevereiro, e continuação em dois de março de dois mil e vinte e um

ATA Nº 01/2021

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro, de dois mil e vinte e um, pelas 21H00, no Pavilhão Vítor Domingos, Grupo Desportivo Fabril do Barreiro, Complexo Desportivo Alfredo da Silva, 2835-328 Lavradio, teve início a Sessão Ordinária de fevereiro.

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Frederico Rosa, João Pintassilgo, Rui Braga, Sara Ferreira, Sofia Martins, Alexandra Silvestre, Ana Soares, Paulo André Fernandes, José Paulo Rodrigues.

A Ordem de Trabalhos encontra-se inserta na Ata como **anexo I**.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, questionou o Plenário sobre a substituição do Deputado André Antunes, pela Deputada Filipa Pinto, para coadjuvar os trabalhos, não existindo objeção. Anunciou os pedidos de suspensão e de substituição:

Assembleia Municipal - Pedidos de suspensão
Carlos Humberto, substituído por Antonieta Fortunato
Alexandre Teixeira, substituído por Sílvia Baião
Assembleia Municipal - Pedidos de substituição
André Antunes substituído por Manuel Flores Sabino
Luís Pedro Cerqueira substituído por Teresa Guerreiro
David Rodrigues substituído por Pedro Matos
Rosalina Carmona substituída por Afonso Oliveira
Paulo de Deus substituído por Macário Dias
Susana Ramalho substituída por Márcia Calafate
Filomena Vitorino substituída por José Carlos Marques
Ana Teresa Xavier substituída por Patrícia Ferreira
Câmara Municipal - Pedidos de substituição
Bruno Vitorino substituído por José Paulo Rodrigues
Rui Lopo substituído por Alexandra Silvestre
Sónia Lobo substituída por Ana Soares

Estiveram presentes trinta e um deputados, conforme declarações de presença que se encontram insertas na Ata, como **anexo II**.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, informou que, por sugestão da Deputada Dulce Reis e consenso dos Líderes de todas as Bancadas, as intervenções do público seriam registadas, através da leitura das suas mensagens. Comentou como peculiar, que uma das intervenções fosse do Deputado Manuel Flores Sabino.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Deputado Durval Salema**, interpelando a Mesa, referiu que era suposto que a Câmara Municipal respondesse às questões colocadas pelo público, conforme estipulava o Regimento, e, tal não vinha a acontecer, exemplificando com uma questão colocada por uma munícipe, na reunião de vinte e dois de setembro de dois mil e vinte. Comentou o que tinha averiguado e apurado nos procedimentos. Para o Grupo Municipal do PAN, o ideal seria que as questões fossem respondidas no imediato, como acontecia nas assembleias de freguesia e na Câmara Municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, agradeceu ao Deputado Durval Salema, o facto de ter colocado a questão, que vinha sendo debatida em Conferência de Líderes. Da interpretação feita quer do Regimento, quer da legislação, enquanto Presidente da Assembleia Municipal estava convicto que, a melhor metodologia, seria que o Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, respondesse às perguntas do público no momento subsequente à sua colocação. Manifestou vontade de, havendo unanimidade, começar o procedimento na reunião em curso. Convidou a Deputada Filipa Pinto a fazer da leitura das intervenções dos munícipes.

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 44º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A **Deputada Filipa Pinto**, efetuou a leitura das intervenções dos seguintes munícipes:

Manuel Flores Sabino, inserta na Ata como **anexo III**.

António Correia, inserta na Ata como **anexo IV**.

José Nogueira, inserta na Ata como **anexo V**.

António Almeida, inserta na Ata como **anexo VI**.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, agradeceu aos quatro cidadãos as participações enviadas, que para além ficarem registadas em Ata, tinham sido divulgadas a todos os que assistiam à Assembleia. Deu a conhecer a legislação ao abrigo da qual se tinha efetuado a forma de intervenção do público.

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, informou que tinham dado entrada dezassete documentos, dois do PS, três do PSD; seis da CDU, quatro do BE e dois do PAN, e enunciou-os conforme quadro infra. Os documentos encontram-se insertos na Ata como **anexo VII**.

A	PAN	RECOMENDAÇÃO - PELA GARANTIA DO DIREITO AO VOTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE CONDICIONADA - POR UM CONCELHO MAIS INCLUSIVO
B	PAN	RECOMENDAÇÃO - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA "CHEQUE VETERINÁRIO" - PELO APOIO ÀS FAMÍLIAS E PELO COMBATE AO ABANDONO DE ANIMAIS
C	BE	MOÇÃO - PELA MELHORIA DRÁSTICA DA GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS. POR UMA MORATÓRIA NA APLICAÇÃO DA NOVA TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS
D	BE	RECOMENDAÇÃO - PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES DA CULTURA EM CRISE PANDÉMICA E ECONÓMICA EM 2021
E	BE	MOÇÃO - PRECISAMOS DE DADOS SOBRE A CRISE SOCIAL



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

F	BE	RECOMENDAÇÃO- PELA DIGNIFICAÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DOS ENFERMEIROS DO HOSPITAL DO BARREIRO
G	PS	MOÇÃO - NUTS E DESENVOLVIMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL
H	PS	SAUDAÇÃO - 500º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DO BARREIRO
I	CDU	MOÇÃO - O ENSINO Á DISTÂNCIA
J	CDU	MOÇÃO. OS ACEP E A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA AUTARQUIA DO BARREIRO
K	CDU	PARTICIPAÇÃO DA AMB NA CONSULTA PÚBLICA DO PRR - V2
L	PSD	RECOMENDAÇÃO - BOM SENSO E PRUDÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA
M	PSD	RECOMENDAÇÃO CRIAÇÃO DE NUT III ESPECÍFICA E DESENVOLVIMENTO PENÍNSULA DE SETÚBAL
N	PSD	RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE APOIO À ECONOMIA E ÀS FAMÍLIAS NO MUNICÍPIO DO BARREIRO
O	CDU	VOTO DE PESAR - EDUARDO ESPÍRITO SANTO
P	CDU	VOTO DE PESAR JOSÉ MANTA
Q	CDU	MOÇÃO PELA REPOSIÇÃO DA NUT III - PENÍNSULA DE SETÚBAL

A Deputada Dulce Reis, fez a leitura dos votos de pesar pelo falecimento de dois cidadãos barreirenses, documentos “O” e “P”, e sugeriu que fosse guardado um minuto de silêncio em sua homenagem, no final da Reunião.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, propôs à Assembleia votar também, um voto de pesar pelo falecimento do ator António Cordeiro.

A Deputada Antonieta Bodziony, procedeu à leitura do documento “Q”.

A Deputada Dulce Reis, requereu à Mesa a retirada do documento “J”, para uma melhor análise do mesmo, sem prejuízo de reapresentação futura.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, considerou o documento como retirado, e pediu aos deputados que não se pronunciassem sobre o mesmo.

O Deputado Durval Salema, leu resumidamente os documentos “A” e “B”.

O Deputado Francisco Alves, deu nota dos quatro documentos que o Bloco de Esquerda tinha apresentado. O “C” iria ser mantido para discussão e votação, apesar da votação que tinha ocorrido na Assembleia da República, à qual se associava. O documento “F”, pretendia deixar um sinal de apoio à luta dos Enfermeiros do Hospital do Barreiro e instar a Câmara a tomar medidas e diligências sobre a questão. O documento “E” pedia dados concretos e objetivos sobre cada freguesia, para apresentar medidas de urgência de carácter social, e o documento “D”, chamava a atenção para os trabalhadores da cultura e do espetáculo, das Festas do Barreiro.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Deputada Márcia Calafate, considerou o documento “K” como uma base de trabalho, que refletia algumas das preocupações da CDU. Apesar de faltar uma semana para acabar a Consulta Pública para o Plano de Recuperação e Resiliência, a CDU achava que era preciso tomar uma posição. Manifestou disponibilidade para o discutir e aceitar contributos. Efetuou a leitura do mesmo.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, afirmou serem três as razões da sua intervenção: - “A primeira das quais, e queria que fosse mesmo por esta ordem, prende-se com algumas referências que têm sido feitas noutros órgãos, relativamente à reabilitação de um equipamento que era da CP. Está vulgarmente conhecido como o Armazém de Víveres, e foi dito numa Reunião de Câmara, que se tratava do edifício André Pinotes. Queria clarificar-vos, e para toda a população para ficar redigido, porque a insídia quando não é contrariada pode vingar, que, se em cada sítio onde se apostar na regeneração do Barreiro, na preservação do património ferroviário, no impulsionar de mais investimento e de mais investimento privado, alguém por insídia quiser usar o meu nome, eu não me importo! No entanto, se aquilo que é feito é num Órgão, o qual esta Assembleia fiscaliza, tentar politizar e utilizar o nome da Assembleia Municipal, o nome do Presidente da Assembleia Municipal para fazer política de pouca substância, então, eu tenho que deixar o meu veemente protesto. Como não tenho outra possibilidade senão fazê-lo aqui, é aqui que quero registar, que não me parece que seja uma forma de respeitar a Assembleia Municipal. não me parece que seja uma forma de respeitar o poder democrático local, e certamente, que existem muitas maneiras de discordar das minhas posições, sem ter que enlamear o nome da Assembleia Municipal. Feito este reparo, que é uma defesa da honra feita com o meu tempo, com o tempo do meu Grupo Municipal, queria deixar umas notas sobre aquilo que nos traz aqui efetivamente.”, disse. Saudou o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista pela convergência na apreciação parlamentar das matérias da TGR, que estavam a ser focadas. “...temos que ter a consciência...”, muitas vezes os decisores políticos falam do ambiente, muitas vezes os decisores políticos falam da sustentabilidade, muitas vezes falam das metas que temos para descarbonizar, falamos de um planeta mais sustentável, mas depois, há certas decisões que doem, há certas decisões que têm custos, há certas decisões que geram perda de postos de trabalho, há certas decisões que vêm onerar as faturas. E este, é um dos casos! E é importante nós termos consciência de que hoje, foi aprovada uma moratória, que permite que o aumento da TGR não seja vertido a partir de dia um de janeiro, mas sim, a partir de um de julho, porque é preciso também ter uma atenção social, além da questão ambiental, e percebermos que este aumento vai onerar as faturas dos nossos cidadãos.”, disse. Referiu o que era faturado na Europa, com os resíduos que iam para aterro, e que Portugal, apesar das enormes melhorias, tinha falhado todas as metas ambientais a que se tinha proposto, devido ao aumento de consumo e de produção de resíduos, no contexto de pandemia. “Ainda assim há uma coisa que nenhum partido pode fazer, exigir ter sol na eira e chuva no nabal. Nós não podemos simultaneamente querer ter um planeta mais sustentável, habitar melhor este planeta, o privilégio que ele nos dá em aqui podermos estar, e, ao mesmo tempo não quereremos pagar algumas faturas. Existirá alguma injustiça nalgumas situações, que têm de ser ponderadas, e este é um exercício que me parece vale a pena saudar, porque pondera a dimensão ambiental com a dimensão económico-social. É, portanto, uma medida que vai no bom caminho, mas teve também a cautela de saber abrandar o ritmo, para preservar aquilo que são as dificuldades que as pessoas vão atravessando neste momento, e às quais não podemos ser alheios.”, acrescentou. A terceira e última nota foi para a Moção K da CDU, sobre o Plano de Recuperação e Resiliência. Considerou-o como um documento muito difícil de comentar, por simultaneamente plasmar matérias que o unia ao Partido Socialista, e matérias fraturantes, naquilo que era o posicionamento político de todos os partidos. “Eu consigo reconhecer mérito na reflexão que aqui é feita,



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas tenho as maiores dúvidas que esta Assembleia possa participar através de uma deliberação desta forma, no período de consulta pública, por uma razão... se existem aqui coisas que nos unem, é muito difícil para mim imaginar que o PSD possa vir a votar um documento onde o aeroporto que é apontado, é a solução que o PSD não defende. O mesmo é válido para o PS, em algumas matérias que aqui estão vertidas, sobre a Quinta do Braamcamp e outras, em que é conhecida a posição do Partido Socialista. Poderíamos fazer várias referências, com certeza que o PAN gostaria que houvesse mais matérias relacionadas com a natureza e com os animais, portanto, o que eu aqui queria dizer era o seguinte: - compreendendo o exercício que aqui foi feito, e reconhecendo até algum mérito, não podemos querer cair no erro de unificar as posições dos partidos, porque nós não temos todos, a mesma visão estratégica para o Barreiro, nós não concordamos com todos os eixos que aqui estão, e a pior coisa que podíamos fazer era desperdiçar aquilo que nos une, para tentar forçar algumas questões que profundamente nos separam.”, disse. Lançou o desafio a uma participação individual ou de partido, em vez de envolver a Assembleia. “...que volto a dizer, vai-nos afastar nalgumas matérias em que nós temos que estar juntos, e não vai conseguir forçar a que o Partido Socialista deixe de achar que o Aeroporto do Montijo é fundamental para o desenvolvimento do Barreiro, que o Presidente da Câmara Municipal da Moita e o Presidente da Câmara Municipal do Seixal, apesar de legitimamente tomarem uma posição, estão a prejudicar o desenvolvimento da Região de Setúbal, estão a prejudicar o desenvolvimento do Barreiro, e, nesta matéria, com todo o respeito pelos nossos colegas autarcas, com todo o respeito com as posições que nós temos, não podem violar a nossa consciência, não nos podem fazer acreditar numa coisa que nós não acreditamos, porque este é apenas um exemplo de muitos que aqui estão, em que nós estamos profundamente afastados, porque a CDU não quer o aeroporto no Barreiro, e nós queremos o aeroporto aqui ao pé do Barreiro, um aeroporto no Montijo, que venha dinamizar por exemplo, o Arco Ribeirinho Sul e aí sim Senhora Deputada, estamos plenamente de acordo. Portanto aquilo que vos convocava era a esta reflexão: - será que vale a pena em nome de algumas coisas que nos separam, fraturar aquilo que é um consenso em torno de outras que são para todos nós muito importantes? É que aqui também está a Terceira Travessia do Tejo, e eu não acredito que haja mais do que dois ou três deputados que diverjam sobre isso. E eu peço é que não corrompam consensos antigos, em nome de um posicionamento político que é legítimo, mas traria mais perdas do que ganhos. Muito obrigado Senhores Deputados!”, concluiu.

A Deputada Márcia Calafate, “Senhor Presidente, nós tivemos a humildade de dizer que este documento referia algumas das nossas preocupações, e que estávamos disponíveis para receber contributos. De facto, o documento de Recuperação e Resiliência é um documento grande, extenso, e com esta organização por domínios, ...o que não é fácil construir aqui uma intervenção. O que nós pensamos foi: - este é um documento muito importante e não reflete alguns problemas do Barreiro, ou de investimentos necessários para alavancar o crescimento e desenvolvimento do Barreiro. A Câmara em princípio já não se irá pronunciar, porque já não haverá Reunião de Câmara até dia um. Nós já não é a primeira vez que trazemos um documento desta natureza, porque já o trouxemos em junho, e em Câmara, a CDU também levou em setembro uma Moção para discutir estes temas. Realizando-se a Assembleia Municipal agora, o que é que nós achamos? Mesmo tendo que haver discussão, tendo que se fazer alterações, ficava bem à Assembleia Municipal... não foi com o sentido de separar... até porque nas duas questões que refere, ou das três... tanto no aeroporto, como na ligação Montijo, eu tive o cuidado de dizer, nomeadamente esta. Mas se quiserem meter outras, podemos meter... ou então se calhar podemos fazer a discussão! Agora vir para aqui dizer logo à partida que isto é para dividir, não... porque eu começo a minha intervenção por dizer que estamos disponíveis para discutir contributos e sugestões. Agora, se a Assembleia Municipal quiser rejeitar a participação do Órgão na consulta pública deste documento, que o Barreiro se deve



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

posicionar para exigir determinados investimentos... então a Assembleia que o assuma. Sobre a Quinta do Braamcamp, eu não digo se ela deve ser vendida... nada... não entro nessa particularidade, exatamente porque isso são questões que nos dividem. Eu acho que neste momento o que era interessante, era os barreirenses, em nome deles, terem alguém, neste caso o Órgão Assembleia Municipal, que por eles reafirmasse novamente a necessidade destes investimentos. E depois as lacunas que existem às questões da Administração Local, que na verdade o documento fala só em Administração Pública no geral, não falando quer na qualificação dos trabalhadores autárquicos, na digitalização e procedimentos nas Autarquias, portanto foi neste sentido...sem qualquer necessidade de divisão, pelo contrário.”, respondeu.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, “Muito obrigada Senhora Deputada! Tentarei ser telegráfico, só para dizer que este documento chegou no dia vinte e quatro de fevereiro, às quinze e quatro. É um documento com seis páginas, que chegou há menos de vinte e quatro horas, para a participação num período de consulta pública, que termina no dia um de março. Isso inviabiliza uma proposta que eu gostava de fazer à CDU, que era retirar este documento, para nós, com calma fazermos uma apreciação dele, no entanto não há tempo útil para fazer isso. Não é possível porque a nossa próxima Assembleia é no dia dois, não imputando aqui nenhuma maldade à CDU na forma como apresentou os documentos, mas a verdade é que se isto chegou a vinte e quatro, é um documento de seis páginas, e nós temos que participar até dia um, e a nossa Assembleia é no dia dois, é importante que seja público e notório, que não há condições para termos uma reflexão profunda nestes sessenta minutos que aqui temos. Eu pelo menos quero dizê-lo, e assumir pessoalmente esta posição. Considero que é um documento com bom espírito, mas considero que como participação pública era fraquinha. É uma consideração minha, que é subjetiva, e que a Senhora Deputada pode considerar aliás, que estou profundamente enganado e que ela é rica. Esta discussão podia ter sido tida de uma outra forma, e podia ser útil, mas dado essas limitações, acho que estamos muito condicionados, porque aquilo que os Eleitos do Partido Socialista vão ser confrontados é em terem que, em cima do joelho mexer numa participação pública que termina no dia um, quando nós só temos Assembleia Municipal no dia dois. E aquilo que eu queria dizer era o seguinte Senhora Deputada: - como já lhe disse reconheço o bom espírito da proposta, apesar da substância, enquanto consulta pública, ela era insuficiente. Acho que identifica temas muito importantes para o nosso futuro, mas acho que as soluções que aparenta são vagas. Até pode ser uma opção política, como a Senhora Deputada aqui disse ter algumas coisas vagas, mas para mim uma participação num instrumento como o PRR, não pode ser vago, tem que ser concreto e sustentado, e eu diria o seguinte, sem querer fazer disto uma arma de arremesso: - perdemos uma oportunidade para dialogar sem ser em cima do joelho, e este tipo de participação Senhores Deputados, na minha opinião, não pode ser feita em cima do joelho. Muito obrigado!”, disse.

A Deputada Márcia Calafate, “Presidente, o documento chegou dia vinte e quatro, eu também só fui convocada para a Assembleia Municipal dia vinte e dois. Porque eu em dois dias tive que fazer. É verdade que já tinha trabalho feito, já tinha lido... eu só fui convocada para a Assembleia, segunda-feira, creio eu... ou na sexta... não sei... sim... foi tudo muito em cima... sim, a convocatória creio que só terá chegado na segunda ou na sexta-feira, portanto, foi o tempo que tive. Algumas das coisas estão vagas, porque eu começo por dizer “algumas das nossas preocupações” e são vagas propositadamente, para que possamos aqui discutir. Agora é injusto colocar nesta situação, quando eu em junho trago um documento com muitos destes projetos para discutir, o PSD reafirmou a necessidade de os discutirmos, e nunca foi discutido, porque queriam que o documento baixasse à Comissão. Foi a proposta do Partido Socialista. E nós mantivemos porque



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

achamos que, ora bem de junho até agora, teria dado para fazermos a discussão. Em setembro os Eleitos ds CDU apresentaram em Câmara, um documento sobre estas questões. Portanto a discussão teve tempo de ser feita. Agora acho que até calha mal, o Barreiro não participar. Se já não vamos a tempo com a Câmara, então participa a Assembleia Municipal. Creio que ficamos todos muito mal na fotografia. Agora, sobre o tempo... também não tive muito tempo para a preparar, não foi possível.”, afirmou.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, “Senhora Deputada, a minha troca de opiniões democrática consigo, foi muito útil para mim, considero eu, mas o que lhe vou dizer tem a ver apenas com a condução dos trabalhos. A sua posição foi clara para mim, parece-me que a minha também foi clara para si. A Assembleia Municipal foi convocada a dia dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e um, às quinze e quinze. A Senhora Deputada é suplente nesta Assembleia, pelo que só quando o seu Partido nos indicou a sua substituição é que procedemos, e procedemos em tempo. Eu quero que isto seja claro, a Senhora Deputada não faltou à verdade, mas quem a ouvisse podia perceber mal, a Senhora Deputada faz parte de um coletivo com dez Deputados, e admitindo que possa ter menos tempo para preparar a sua proposta, a verdade é que nós tivemos muitos dias, foram mesmo muitos dias, nos quais nós já tínhamos publicitado nos jornais, na internet, tínhamos publicitado nos locais de estilo. Portanto queria só dizer que, a sua convocatória foi mais tarde, porque a Senhora Deputada é suplente, e como tal, quando o seu Partido informou da substituição, foi hoje até que tivemos a confirmação que seria a Senhora Deputada, fizemos como sempre temos feito. Agora para não haver dúvidas, isto não tem nada a ver com a nossa troca de opiniões, que é uma coisa completamente diferente. Era só para clarificar, não fosse alguém ficar com a ideia errada.”, acrescentou.

O Deputado Isidro Heitor, “...eu pedia à Mesa da Assembleia Municipal, eu vou ler uma Moção do Partido Socialista que contasse para o tempo, porque nós queremos entrar no debate em relação ao documento que a CDU aqui apresentou, e dir-lhe-ia já até para começar. Eu também li o documento que está em causa em Portugal, aquilo que foi montado, tenho que reconhecer o mérito de se ter montado, mas é fácil, quem ler o documento, é só encaixar lá algumas coisas, é fácil. E mais, a credibilidade cai em alguns pontos, nomeadamente o PRR é para vigorar até dois mil e vinte e seis, e existem aí situações apontadas, que jamais se conseguirão fazer até dois mil e vinte e seis, o que quer dizer que caiem, e nós temos que ter credibilidade nos documentos que fazemos. Mas já vamos ao debate daqui a pouco.”, disse. Efetuou a leitura do documento “O”.

O Deputado Francisco Alves, questionou se o PS na sua Moção, estava a reconhecer a inoperância do Governo, pelo zigzag da Ministra, e em caso afirmativo, qual seria a solução.

O Deputado José Caetano, em relação à NUTS, achou por bem as diversas Moções que estavam a ser apresentadas, e o facto de o PSD e o PS, terem chegado a uma luta antiga, pois, desde dois mil e treze, dois mil e catorze, aquando da discussão da regulamentação dos Fundos Comunitários, que a CDU vinha questionando a diferença per capita, entre a parte norte e sul da Península de Setúbal. Acrescentou que a política de direita seguida pelo PS e pelo PSD, tinha impedido o desenvolvimento da Península de Setúbal pela ausência de investimentos públicos. Referiu que há mais de seis meses, que o Governo tinha pedido às autarquias para participarem na discussão pública sobre o Plano de Investimento, necessário para aplicar a denominada “bazuca” e que, a maioria que governava as Autarquias do Barreiro não tinha feito nenhuma discussão pública sobre matérias estratégicas e importantes para o futuro do Concelho. Mais referiu que a CDU, face à incapacidade de a Câmara e a Assembleia Municipal promoverem a



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

discussão, tinha avançado com propostas concretas para o Barreiro. Constatou o facto de os outros Partidos não estarem interessados em promover essa discussão e o futuro do Concelho do Barreiro.

A Deputada Patrícia Ferreira, procedeu à leitura do documento “L”.

O Deputado José Paleta, referiu que percebia o incómodo que o documento “K”, tinha causado no Presidente da Assembleia Municipal, que era simultaneamente, o responsável pelo PS no Concelho do Barreiro. Mais referiu, ser incompreensível que, quando todo o País se movimentava no sentido de reivindicar junto do Plano de Recuperação e Resiliência, o Barreiro estivesse a ficar para trás. Relembrou que em junho do ano anterior, a documentação apresentada pela CDU, na Assembleia Municipal, tinha tido o voto contra do Partido Socialista, e na Comissão também. Na Câmara, tinha sido rejeitada a discussão sobre a matéria, proposta pelos Vereadores da CDU. Compreendia que os Eleitos dirigentes na Câmara Municipal, tivessem sido apanhados na curva, pois só olhavam para algumas coisas, para a fotografia, para o imediatismo, e não tinham uma concessão estrutural do Concelho. Lamentou que o Presidente da Assembleia Municipal, por quem tinha estima, tivesse sido apanhado na curva e estivesse a pedir que retirassem o documento, e abdicassem de participar, por existir uma ou outra concessão ou divergência, em questões do Poder Local e de desenvolvimento. Não tinha dúvidas de que, todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, com pontos de vista diferentes, defendendo classes e camadas sociais diferenciadas, estavam a querer o bem do Barreiro. “Portanto chegamos a este ponto... nós não compreendemos, retirem lá o que puseram, há aqui algumas divergências e passamos para o escalão zero e largamos isto da mão. Nós entendemos que essa não é a forma. A forma é discutir, a partir desta posição vamos discutir... e depois cá estamos para ver... é discutindo e nas contrariedades que o Barreiro pode avançar.”, finalizou.

O Deputado Francisco Alves, comentou que, apesar de serem coisas distintas, a NUT III e os posicionamentos sobre a matéria, se enquadravam na discussão da Moção “K” da CDU, sobre o Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal. Pretendeu deixar claro, que o Bloco de Esquerda percebia exatamente, o que estava em cima da mesa, percebia o desafio, o momento político e a estratégia política da CDU, respeitava a mesma, mas não podia acompanhar favoravelmente. Lamentou que os Órgãos do Barreiro, não tivessem conseguido pronunciar-se sobre a matéria. Afirmou que o Bloco de Esquerda, acompanhava a posição da CDU sobre as NUT, iria votar favoravelmente todas as Moções sobre a matéria, mas, a posição do PSD era de profunda hipocrisia política, porque tinha sido o Governo do PSD/CDS que, sem qualquer acordo com os municípios da região, tinha acabado com elas. Considerou inaceitável a política de ziguezague da Ministra, que tinha levado à inoperância do Governo do PS, e achou muito bem, que os Deputados do PS na Assembleia Municipal, e alguns Deputados do PS na Assembleia da República, estivessem a reclamar do seu próprio Governo.

O Deputado Vítor Castro Nunes, afirmou que o PSD queria fazer o debate do PRR e o debate estratégico para o Barreiro, mas o tempo era limitado, e não tinha sido possível reunir os Órgãos próprios. Lembrou a CDU, que podia ter pedido a inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos, para discutir as matérias, pois muitas delas, contempladas no documento, mereciam o acolhimento do PSD, que poderia contribuir e debater estrategicamente o Barreiro, não só com o PRR, mas também com o debate estratégico na base do PDM, portanto não podiam dizer que o PSD não estava interessado, e declinou a acusação de hipocrisia política, Como Eleito no Barreiro, com NUTS ou sem elas, considerava como fundamental que a Península de Setúbal fosse apoiada, e o que se verificava com o atual Governo, e com o Barreiro em concreto, era a falta de apoio e



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todos os investimentos a serem sistematicamente adiados, exemplificando com o ziguezague da Ministra. “Efetivamente tem de se ver, e o PS alerta para isso no seu documento, quais são as implicações reais e efetivas da atribuição desta classificação. Mas não tenho a certeza. Agora, penso que pode ser importante, penso que nos devemos debater por isso. Mas penso que nos devemos debater como a CDU diz no seu documento, por investimentos do Orçamento de Estado sim, que não têm sido feitos. E por isso, nós apresentamos o nosso documento, não o vamos ler, ele vai estar disponível, mas no fundo é no sentido de, quer da recriação dessa NUT, que de facto foi suprimida com base numa proposta como foi aqui dito, de um Governo liderado pelo PSD de facto, e por outro lado, que haja mais investimento na Península de Setúbal com base no Orçamento de Estado e com base designadamente no PRR. Sim, vamos lutar pela Península de Setúbal.”, afirmou. Fundamentou o que pretendia o PSD, com a apresentação do documento “N”.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, detetou ter havido um equívoco na contagem dos tempos, e ter conferido mais tempo de intervenção à CDU. Pediu desculpa, conferenciou com o Deputado José Paleta, e de seguida explicou o equívoco ao Plenário, propôs uma solução, e pediu opinião aos outros Partidos.

O Deputado Vítor Castro Nunes, “Oh Senhor Presidente, eu tomava a liberdade interpellando a Mesa, sugerindo no fundo que ... já que se estava a fazer a contagem com base numa grelha B julgo eu, eventualmente, se todos estivessem de acordo, fazemos uma grelha B, e aí estávamos todos em situação de igualdade. Porque senão, há uns que tem mais sete minutos, outros mais oito, outros mais seis... se todos estivessem de acordo, acho que não prejudicava ninguém, e só beneficiava o debate, não é?... é uma sugestão.”, sugeriu.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, agradeceu a proposta, respondeu que na prática era bondosa, mas explicou as consequências da mesma, e preferiu assumir a solução que tinha proposto, deixando recurso aos deputados. Não houve objeção.

A Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, teceu considerações sobre os documentos apresentados pela Deputada Patrícia Ferreira, e pelo Deputado Vítor Castro Nunes, do PSD. Considerou que as mesmas eram um resumo do que já era feito, nomeadamente no apoio alimentar, no apoio às famílias, na distribuição de máscaras, reforço de verbas ao Movimento Associativo e às IPSS e que propunham medidas irrealistas, que não tinha entendido, como por exemplo o apoio à habitação, a injeção de dinheiro na economia local e a suspensão das execuções fiscais. Pediu esclarecimento sobre estas medidas.

O Deputado Durval Salema, teceu considerações sobre o documento de aplicação da Taxa de Resíduos, e afirmou que, na sua opinião, não se justificava a participação da Assembleia Municipal na consulta pública do PRR, na medida em que todos os Partidos nela iriam participar.

A Presidente da Junta da União de Freguesias de Palhais e Coina, Naciolinda Silvestre, informou que, apesar da CDU ter retirado a Moção sobre o ACEP, se iria pronunciar, pois a mesma era pública. Afirmou que era falso tudo o que tinha sido publicado em relação à União de Freguesias de Palhais e Coina, e relatou os factos, procedendo à leitura do **anexo VIII**.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, frisou que, face ao Regimento da Assembleia Municipal do Barreiro, a intervenção da Deputada Naciolinda Silvestre, tinha sido absolutamente regular.

O Deputado José Paleta, afirmou que não se queria irritar como a Senhora Presidente, não tinha nenhum ódio ao MCI, nem a ninguém, mas estava habituado a que tivessem ódio ao PSP e aos comunistas. A Moção tinha sido retirada, por necessitar de rigor nalguns assuntos, e para ser feita uma eventual apresentação futura. Estava encimada pelo símbolo da CDU, e a Presidente da União de Freguesias, tinha feito uma tremenda confusão ao falar de um conflito com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local. Não era com exaltação que ganhava no argumentário, era com razão, se fosse necessário trocar razões que o fizesse com o STAL, mas, se a Presidente da União de Freguesias pretendesse, a CDU estava disponível para falar.

A Presidente da Junta da União de Freguesias de Palhais e Coina, Naciolinda Silvestre, “Então..., eu não tenho ódio a ninguém, felizmente sou bem formada, uma questão é a política, outra questão são as pessoas e outra questão é a falta de verdade, são coisas completamente diferentes. Vou ler e se isto é um problema do sindicato, a CDU não o devia colocar, se não estavam rigorosos na informação, pensassem antes de a pôr a público, porque acho que isto é mau demais, para mim é mau demais!... e põe em causa muito trabalho que se tem feito. Eu não pus em causa nada da CDU, só falei, porquê? Porque vem numa moção, vem num documento da CDU que é público, quer queiramos quer não, ele foi público, portanto toda a gente percebeu. Agora eu não posso ficar calada com esta situação. Dizer o seguinte: - "EXCEÇÃO À CONSAGRAÇÃO DESTES DIREITOS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PALHAIS E COINA, ONDE AINDA NÃO FOI ASSINADA A ADENDA DO ACEEP". Está cá, se a CDU, se isto é do sindicato, a CDU não devia de "agarrar", acho eu, estão a sofrer dores que não são vossas, penso eu de que... Portanto, fique bem claro que eu não tenho ódio a ninguém, não tenho mágoa de ninguém e o que tiver de dizer, digo. Sou livre, tal qual como as outras pessoas são livres de dizer mentiras, eu posso repor as verdades e eu estou aqui, para repor a verdade. Ainda não disse tudo, porque enfim, não é o momento, mas ainda há mais coisas para dizer. Se este assunto vier aqui, aquilo que me faltou ler, volto a ler tudo. São coisas que estão escritas, mas não fui eu que as escrevi. Portanto que fique bem claro, que se mexerem com a minha Freguesia, naquilo que é o melhor que nós temos, que fazemos e principalmente em relação aos nossos trabalhadores, que lhes queremos dar as melhores condições e que neste momento as tem, eu nunca vou ficar calada. Eu admito que agora que estamos prestes a ter eleições, se comece a atacar outra vez a União das Freguesias de Palhais e Coina. Lamento muito!!!”, concluiu.

O Deputado Isidro Heitor, afirmou que não tinha sido novidade a apresentação da Moção “K”, um pouco diferente da apresentada anteriormente, que, conforme tinha sido dito pelo Bloco de Esquerda, obedecia a um determinado tipo de estratégia. Enunciou os financiamentos e programas comunitários, que havia para discutir. Registou que a participação na consulta do PRR, estava aberta para todos e pronunciou-se sobre alguns aspetos do mesmo, e sobre as posições dos Partidos em relação às suas matérias. “E mais, só para terminar Senhor Presidente, na Câmara Municipal, existe um documento, onde praticamente tudo isto está plasmado, a Estratégia Regional da Área Metropolitana de Lisboa, e eu tenho aqui um documento apresentado por parte da Câmara Municipal, e gostaria que o Senhor Presidente da Câmara aqui viesse referir, porque se dizem aqui inverdades, que a Câmara não faz nada, nem apresenta propostas para o Barreiro. Muito obrigado, peço desculpa, gostaria de entrar neste debate a sério, e na demagogia que é aquela Recomendação do PSD.”, concluiu.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, disse que, o documento do PRR, apresentado pela CDU, parecia a “bala de prata”, e exemplificou com a referência à imperiosa oportunidade e necessidade, de dotar as escolas da digitalização. Se o Barreiro estivesse à espera do PRR para resolver este problema, as escolas básicas ainda estariam como as tinha encontrado em dois mil e dezassete, com internet por linha RDIS. Três anos depois havia wi-fi em todas as salas do Ensino Básico, e Plataformas Educativas, que em tempo de pandemia permitiam uma aprendizagem menos difícil. “Senhores Deputados da CDU, o PRR pode resolver muitos problemas, mas não se demitam e reconheçam aquilo que não fizeram e podiam ter resolvido no Barreiro. Não há “balas de prata”, não há o outro que vem resolver o nosso problema.”, disse. Respondeu ao Deputado Vítor Castro Nunes, que tinha percebido que, o tempo que se avizinhava, era o tempo do populismo e da demagogia. Por isso, optavam por ter sempre os pés no chão, e com uma gestão prudente, ir de encontro àquilo que as pessoas necessitavam. A retórica de que a Câmara nada fazia, era contrariada pelo documento do Tribunal de Contas, sobre o investimento que as Autarquias estavam a fazer em tempo de COVID, que colocava o Barreiro no trigésimo maior orçamento do País, em décimo novo lugar no investimento direto ao COVID, em oitavo lugar na AML, e em segundo lugar no Distrito de Setúbal. “Não conseguimos fazer tudo, mas prometer tudo a todos, isentar tudo a todos e dar tudo a todos, é algo que os Senhores vão ter que discutir com os vossos colegas candidatos mais à direita, em futuro ato eleitoral. A nós não nos apanham nessa conversa. Percebemos bem o tempo que aí vem, percebemos bem aquilo que a vossa proposta aqui manifesta, e é por percebermos bem, que temos uma posição muito simples de apoiar o Movimento Associativo, a Cultura, a Educação, os Bombeiros, de aplicar a Tarifa Social da Água, de apoiar o Desporto, de continuar com o investimento de renovação do Barreiro, para que sejamos uma terra com capacidade para atrair cada vez mais investimento. À demanda populista e pedagógica, nunca vos iríamos acompanhar! É com tristeza que vejo aqui um documento que reflete, puramente, populismo.”, acrescentou. Associou-se aos Votos de Pesar que tinham sido apresentados, e pediu para que fosse homenageado também, o Cidadão Barreiro Reconhecido, António Cordeiro, recentemente falecido.

O Deputado José Caetano, protestou pelas acusações que o Presidente da Câmara Municipal tinha feito aos Eleitos da CDU, pela apresentação de um conjunto de propostas estratégicas para o futuro do Barreiro. A CDU lamentava que a Câmara Municipal do Barreiro não tivesse apresentado as suas propostas publicamente, apesar do apelo que o Primeiro Ministro tinha feito às Autarquias, no sentido de se pronunciarem sobre o Plano de Investimento para aproveitar os Fundos Comunitários. A CDU, em última instância, e como solução de recurso, tinha apresentado as suas propostas e tinha sido confrontada com um “chorrilho de ataques”, sem conteúdo.

O Deputado Vítor Castro Nunes, “Parece que o PS aprendeu as palavras populismo e demagogia... logo o PS.”, comentou. Frisou que o PSD tinha expressado politicamente a sua posição, pois entendia que se devia ter menos dinheiro em obras, e mais dinheiro a apoiar quem necessitasse, mas a posição do PS era legítima. Protestou pela atitude do Presidente da Câmara, que não dignificava nem o Barreiro, nem a pessoa que estimava e considerava. Lamentou, porque a discussão era política, e não de insulto.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, respondeu ao Deputado da CDU que a lógica era sempre a mesma, o Presidente não tinha conteúdo, não fazia nada. Na aceção da CDU, o conteúdo era fazer dossiers recheados de propostas. Com o exemplo que tinha referido, pretendia demonstrar que, em vez de protestar e reivindicar só, se podia usar a ação para resolver problemas. Reafirmou ao Deputado Vítor Castro Nunes, que achava a proposta populista. “E acho também populismo e demagogia, aquilo que



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fez aqui, quando disse os barreirenses que estão a ver também acham que o Presidente prefere que passem fome, para fazer umas obras.”, acrescentou. Opinou que poderia ter falado que o investimento feito, colocava o Barreiro como um dos municípios que mais tinha investido no combate ao COVID e que no rácio de investimento/orçamento era o que mais esforço tinha feito em Portugal, nesse mesmo combate. O PSD tinha trazido um conjunto de propostas não quantificadas, ignorando tudo aquilo que já tinha sido feito, tudo o que constava no Orçamento em execução, e um chavão desses, só podia classificar de pura demagogia e populismo. Pela estima que tinha ao Deputado Vítor Castro Nunes, também lamentava que tivesse escondido os factos e os números.

Os trabalhos foram interrompidos para a apreciação dos documentos.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, perguntou se alguém queria fazer alterações às propostas.

A Vereadora Sara Ferreira, comentou, em relação ao documento “D” do Bloco de Esquerda que, compreendendo que a pandemia tinha afetado muitos setores de atividade, e de uma forma muito particular o setor da Cultura, o Município, desde o início, tinha estado atento e tinha continuado a apoiar a comunidade artística local. Enunciou as várias atividades que tinham sido desenvolvidas. Afirmou que tinham prosseguido com todos os protocolos na área da Cultura, assumindo todos os compromissos, independentemente da realização ou não, do âmbito dos mesmos. Em conjunto com a AML e financiado pelo Programa 2020, existia uma candidatura ao Programa Mural 18, que se destinava exclusivamente à comunidade artística do Barreiro. Apesar de a Moção ser pertinente, considerava que não fazia sentido, pois o que propunha, já era feito pelo Município e ia mais além, pois os espetáculos cancelados tinham sido pagos, todos os que tinham sido reagendados, pagos a cinquenta por cento, e o remanescente pago aquando da realização do espetáculo. Não se tinha havido cancelamentos, mas sim, a transformação para transmissão online.

O Deputado Francisco Alves, lembrou que faltava esclarecer, o que iria ser feito com os artistas contratados para as Festas do Barreiro.

A Vereadora Sara Ferreira, “Senhor Deputado, eu futurologia não faço, portanto não lhe sei dizer se vai haver ou não Festas do Barreiro. Quando nós estivermos na posse de todos os elementos para confirmar se vai haver Festas ou não vai haver Festas, poder-lhe-ei responder à questão. Até lá, obviamente que o Município como uma pessoa de bem que é, irá assumir todos os seus compromissos, e irá garantir que tudo aquilo que foi acordado, será efetivamente concretizado. Agora em relativamente às Festas do Barreiro, nem eu, nem ninguém nesta sala, lhe conseguirá dar uma resposta concreta, à pergunta que me fez.”, respondeu.

O Deputado José Caetano, constatou a incapacidade da Câmara, em discutir com a população e com os órgãos institucionais, as matérias estratégicas para o Concelho, A afirmação do Deputado Isidro Heitor, de que a Câmara Municipal tinha enviado para o Governo, um conjunto de investimentos a realizar no Barreiro para integrar o Plano de Investimentos de Emergência, sem o conhecimento da Assembleia Municipal, era revelador da forma como era feita a gestão da Câmara Municipal. Referiu as vantagens da passagem da NUT II, para a NUT III.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, informou que o Bloco de Esquerda, face à explicação dada pela Vereadora Sara Ferreira, tinha retirado o documento “D”.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Deputado Isidro Heitor**, deu a conhecer que o PS tinha aceiteado a proposta da CDU, de acrescentar no quarto parágrafo do documento “G”, “e à AMRS”, e propôs à CDU, que na parte deliberativa da Moção “Q”, ficasse “...reposição da NUT III – Península de Setúbal, ou outro instrumento justo, que permita acesso a fundos comunitários”.

O **Vereador Rui Braga**, repondo a verdade, respondeu ao Deputado José Caetano que, o que tinha sido enviado para AML no âmbito do PRR, tinha sido partilhado por todos os Vereadores, a quem também tinham sido pedidos contributos.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, submeteu os documentos à votação:

RECOMENDAÇÃO - PELA GARANTIA DO DIREITO AO VOTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE CONDICIONADA - POR UM CONCELHO MAIS INCLUSIVO
Aprovada por unanimidade, com trinta e um deputados - Deliberação N.º 01 /2021

RECOMENDAÇÃO - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA "CHEQUE VETERINÁRIO" - PELO APOIO ÀS FAMÍLIAS E PELO COMBATE AO ABANDONO DE ANIMAIS
Reprovada, com votos a favor do PAN (1) e do BE(2), abstenção do PSD(3) e votos contra do PS(14), CDU(10) e MCI(1).

MOÇÃO - PELA MELHORIA DRÁSTICA DA GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS. POR UMA MORATÓRIA NA APLICAÇÃO DA NOVA TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS
Pedido de escusa do Presidente da Assembleia Municipal e do Deputado André Brás dos Santos, do PS

Aprovada por maioria, votos a favor da CDU(10), PSD(3), BE(2), abstenção do PS(12) e MCI(1) e voto contra do PAN(1) - Deliberação N.º 02/2021

MOÇÃO - PRECISAMOS DE DADOS SOBRE A CRISE SOCIAL
Aprovada por maioria, com votos a favor da CDU(10), do PSD(3), do BE(2) e do PAN(1) e abstenção do PS(14) e MCI(1) - Deliberação N.º 03/2021

RECOMENDAÇÃO - PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES DA CULTURA EM CRISE PANDÉMICA E ECONÓMICA EM 2021
Documento retirado a pedido do proponente.

RECOMENDAÇÃO- PELA DIGNIFICAÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DOS ENFERMEIROS DO HOSPITAL DO BARREIRO
O Deputado Vítor Castro Nunes pediu votação separada entre os considerandos e os deliberativos.

Considerandos

Reprovados, com votos a favor da CDU(10), BE(2) e PAN(1), abstenção do PSD(3), votos contra do PS(14) e do MCI (1)

Deliberativos

Aprovada por maioria, com votos a favor da CDU(10), do PSD(3), do BE(2) e do PAN(1) e votos contra do PS(14) e MCI(1) - Deliberação N.º 04/2021

MOÇÃO - NUTS E DESENVOLVIMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL
Aprovada por unanimidade - Deliberação N.º 05/2021

SAUDAÇÃO - 500º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DO BARREIRO
Aprovada por unanimidade - Deliberação N.º 06/2021

MOÇÃO - O ENSINO À DISTÂNCIA
Aprovada por maioria, com votos a favor da CDU(10), do PSD(3), do BE(2) e do PAN(1) e votos contra do PS(14) e MCI(1) - Deliberação N.º 07/2021



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MOÇÃO. OS ACEP E A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA AUTARQUIA DO BARREIRO
Documento retirado pelo proponente.

PARTICIPAÇÃO DA AMB NA CONSULTA PÚBLICA DO PRR - V2
Reprovado com votos a favor da CDU(10), abstenção do PSD(3) e BE(2) e votos contra do PS(14), PAN(1) e MCI(1).

RECOMENDAÇÃO - BOM SENSO E PRUDÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA
Reprovado com votos a favor da CDU(10) e PSD(3) e votos contra do PS(14), BE(2), PAN(1) e MCI(1).

RECOMENDAÇÃO CRIAÇÃO DE NUT III ESPECÍFICA E DESENVOLVIMENTO PENÍNSULA DE SETÚBAL
Aprovada por maioria, com votos a favor da CDU(10), PSD(3), do BE(2) e do PAN(1) e abstenção do PS(14) e MCI(1) - Deliberação N.º 08/2021

RECOMENDAÇÃO IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE APOIO À ECONOMIA E ÀS FAMÍLIAS NO MUNICÍPIO DO BARREIRO
Reprovado com votos a favor do PSD (3), abstenção da CDU(10) e votos contra do PS(14), BE(2), PAN(1) e MCI(1).

VOTO DE PESAR - EDUARDO ESPÍRITO SANTO
Aprovada por unanimidade - Deliberação N.º 09/2021

VOTO DE PESAR JOSÉ JOAQUIM PASSUCO MANTA
Aprovada por unanimidade - Deliberação N.º 10/2021

MOÇÃO PELA REPOSIÇÃO DA NUT III - PENÍNSULA DE SETÚBAL
Aprovada por unanimidade - Deliberação N.º 11/2021

VOTO DE PESAR ANTÓNIO CORDEIRO
Aprovada por unanimidade - Deliberação N.º 12/2021

Foi guardado um minuto de silêncio, em memória dos cidadãos falecidos.

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena, Carlos Raposinho, declarou que a Bancada do Partido Socialista tinha votado a favor o documento "A", contudo, quis salientar que nos últimos três anos, tinham sido instaladas rampas de forma definitiva e que, para o ato eleitoral tinham sido colocadas rampas provisórias.

O Deputado Francisco Alves, informou que o Bloco de Esquerda iria apresentar, por escrito a sua declaração de voto sobre os documentos "G", "N" e "Q" - **anexo IX.**

O Deputado André Brás dos Santos, efetuou a leitura da declaração de voto contra do Partido Socialista, aos documentos "N" e "L" - **anexo X.**

A Deputada Márcia Calafate, procedeu à leitura da declaração, inserta na Ata como **anexo XI.**

A Deputada Filipa Pinto, declarou que o Grupo Municipal do PS tinha votado contra o documento "F", porque, apesar de estarem solidários na defesa dos direitos dos trabalhadores, entendiam que a Assembleia Municipal do Barreiro, não se devia imiscuir em questões laborais, relativas a terceiros.

O Deputado Isidro Heitor, declarou que o Grupo Municipal do PS se tinha absterido na votação ao documento "M", pelo facto de que o Grupo Municipal do PSD, nele repudiava



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as declarações da Ministra da Coesão, mas nem se tinha pronunciado quando o Governo do PSD tinha acabado com as NUTS III. Mais declarou que o assunto apresentado pela CDU no seu documento “K”, era um assunto sério demais para se fazer política, era um bom programa autárquico, mas não credibilizava a Assembleia Municipal do Barreiro, apresentar propostas inexecutáveis, que punham em causa a proposta no global, pelo que tinham votado contra. O assunto merecia muita atenção e deveria baixar à respetiva Comissão para reunir consenso e ser discutido na altura própria.

O Deputado Vítor Castro Nunes, “Numa altura em que o Senhor Presidente da Câmara e os Vereadores do PS já se ausentaram todos, faço uma declaração política relativamente ao documento “K”, para dizer que, efetivamente nós absteremo-nos porque, o vosso documento tem mérito, mas de facto não tivemos oportunidade de o apreciar, de o discutir convosco, de discutir nesta Reunião. Entendemos que o debate estratégico é importante sim, é importante que haja visões diferentes, vocês têm umas, nós temos outras, o Partido Socialista terá outras e o Bloco de Esquerda e o PAN, mas de facto, foi pena nós não discutimos isto, e é pena que o PS, e este Executivo em particular, fuja do debate dessa matéria, refugiando-se em lugares comuns e acusações a outras forças.”, disse.

A Deputada Ana Santos, procedeu à leitura da Ata em Minuta.
Aprovada por unanimidade - anexo XII.

Os trabalhos foram interrompidos às zero horas e trinta e sete minutos do dia três de março de dois mil e vinte e um.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro iniciada em vinte e cinco de fevereiro, e continuação em dois de março de dois mil e vinte e um

Ao dia dois de março de dois mil e vinte e um, pelas 21H00, no Pavilhão Vítor Domingos, Grupo Desportivo Fabril do Barreiro, Complexo Desportivo Alfredo da Silva, 2835-328 Lavradio, teve continuação a Sessão Ordinária de fevereiro.

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Frederico Rosa, Zélia Silva, Rui Braga, Sara Ferreira, Sofia Martins, Alexandra Silvestre, Ana Soares, Paulo André Fernandes, Joana Medeira.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, deu uma palavra de agradecimento pela receção e cedência de instalações, ao Presidente do Grupo Fabril, Faustino Mestre. Apelou à colaboração de todos no sentido de finalizar os trabalhos da Assembleia Municipal na Reunião em curso, conforme tinha sido acordado em Conferência de Líderes. Informou que, também tinha sido acordado que só haveria Declarações Políticas, se isso não representasse uma nova Reunião. Deu a conhecer os pedidos de suspensão e de substituição.

Assembleia Municipal - Pedidos de suspensão
Carlos Humberto, substituído por Ricardo Teixeira
Alexandre Teixeira, substituído por Márcia Calafate



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal - Pedidos de substituição
André Antunes substituído por Manuel Flores Sabino
Rui Faria substituído por Teresa Guerreiro
Ana Santos substituída por Pedro Matos
Dulce Reis substituída por Sílvia Baião
Paulo de Deus substituído por José Carlos Marques
Rosalina Carmona, não foi substituída
Antonieta Bodziony, não foi substituída
Susana Ramalho, não foi substituída
Rogério da Ponte substituído por Sílvia Ratão
Ana Teresa Xavier substituída por Patrícia Ferreira
Câmara Municipal - Pedidos de substituição
João Pintassilgo substituído por Zélia Silva
Bruno Vitorino substituído por Joana Medeira
Rui Lopo substituído por Alexandra Silvestre
Sónia Lobo substituída por Ana Soares

Estiveram presentes vinte e sete deputados, conforme declarações de presença que se encontram insertas na Ata, como **anexo XIII**.

O Presidente do Grupo Desportivo Fabril, Faustino Mestre, cumprimentou e agradeceu a presença a todos. Afirmou que o Grupo Desportivo Fabril era a Casa de todos, tinha estado, estava e iria continuar a estar ao serviço da população, da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia. Alertou para a perigosidade do COVID e apelou que o mesmo fosse levado muito a sério.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, registou que era a primeira vez que a Assembleia Municipal se realizava no Grupo Desportivo Fabril. A descentralização era uma aposta ganha, e nem a pandemia tinha derrubado a vontade de todos os Partidos, em fazer a Assembleia de uma forma descentralizada, com debate político, substância política e centralidade no Poder Local. Deixou uma palavra de agradecimento aos Partidos sem representação na Câmara Municipal, o PAN, o BE e o MCI, pela participação enriquecedora nas Conferências de Líderes e na Assembleia Municipal, e por fazer dela uma centralidade do debate político. Questionou o Plenário sobre a substituição da Deputada Ana Santos pelo Deputado David Rodrigues, e do Deputado André Antunes pela Deputada Filipa Pinto. Não houve objecção.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O ARTIGO 25º, nº2, ALÍNEA C) DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – anexo XIV.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, deu nota de que tinha sido instalado no Pavilhão da Escola Secundária de Santo André, o Centro de Vacinação, e que, no dia anterior no Barreiro, existiam quatrocentos e cinquenta e dois casos ativos, um decréscimo acelerado, que se pretendia manter, sem facilitar, pois, a pandemia estava longe de estar ultrapassada. Do documento em apreciação, destacou:



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Na parte social os projetos emblemáticos e importantes, “Ser Casa Barreiro”, e o “Barreiro Mais Solidário, que tinham tido uma ação fundamental junto dos destinatários;
- A conclusão do POLIS, que considerou um momento paradigmático de usufruto futuro da vivência do rio para todos;
- O pico da obra, praticamente finalizada da zona ribeirinha da Rua Miguel Pais, mais um projeto para aproximar as pessoas da zona ribeirinha e dar dignidade ao espaço, às habitações, ao comércio local e à Cidade;
- O início dos trabalhos do novo Serviço Operacional da Câmara Municipal do Barreiro, na Quinta da Lomba, que decorriam a bom ritmo;
- Arranque da obra física da Start Up Barreiro;

O Deputado Francisco Alves, questionou para quando, e em que locais, se previa a colocação dos noventa postos de carregamento para veículos elétricos, e também da Loja do Cidadão. Pediu o ponto de situação da obra da Vala da Bacia de Sete Portais, da retirada das coberturas de fibrocimento das escolas e do PDM. Pediu esclarecimento sobre a “Avaliação de soluções em área de risco, subida de nível do mar, associados à frente ribeirinha do Barreiro”, sobre o plano de controle de aflúncias indevidas, e sobre a previsão de aplicação do tarifário social automático da água.

O Deputado Durval Salema, pediu informação sobre o Programa CED - Capturação, Esterilização e Devolução de animais errantes, e questionou o motivo de não estar a ser feita a vacinação contra a raiva, obrigatória em termos de apoio social. Mais questionou, se já existia um plano de implementação dos noventa postos para carregamento de viaturas elétricas, e se, os sensores de medição da qualidade do ar, iriam ser implementados junto aos mesmos.

O Deputado Ricardo Teixeira, procedeu à leitura de um requerimento, que entregou à Mesa e consta da Ata como - **anexo XV**.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, afirmou que, ao abrigo da legislação de apoio dos documentos administrativos, o requerimento não estava feito de uma forma tradicional, mas não havia objeção à aceitação do mesmo, que iria ser tramitado para a Câmara Municipal.

O Deputado André Brás dos Santos, registou a passagem de um ano desde o início da pandemia no País, lembrou as vidas perdidas, e a constatação da crise económico social. Registou também, o facto de que o Barreiro tinha sido um dos primeiros concelhos, a ter uma intervenção proactiva relativamente à situação pandémica, conforme relatório do Tribunal de Contas. O ranking em termos do País, AML e Distrito de Setúbal, quer do ponto de vista absoluto, quer do ponto de vista qualitativo, provava que o Executivo Municipal tinha combatido e continuava a combater a pandemia a par e passo, sem parar o desenvolvimento do Barreiro. Enunciou as obras executadas e as obras em curso, e pediu ao Presidente da Câmara para continuar em frente, que o caminho estava a ser bem trilhado.

O Deputado Ricardo Teixeira, não tinha afirmado que o Município não tinha feito nada, mas sim, que havia potencial para fazer mais. “Mas da mesma forma como o Barreiro aparece como décimo nono, também desaparece do número do valor de contratos na base.gov. O último contrato que aparece no top vinte, é de quinhentos e trinta e sete mil euros, o que significa que o Município do Barreiro em termos de contrato no base, em relação ao COVID fez menos do que isto. Dos dois milhões que estão lá, menos quinhentos mil euros, estamos a falar de um milhão e quinhentos mil, que foi gasto em



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outras coisas que não foram encontradas. Eu não sei onde que foi, ninguém na Assembleia sabe onde que foi e acho que o Sr. Deputado também não sabe. E é isso que nós estamos a pedir! É onde que foi gasto o resto.”, disse. Acrescentou que os Vereadores da CDU já tinham pedido a informação, mas não a tinham recebido.

A Vereadora Sara Ferreira, respondeu que, o concurso para retirada das coberturas de fibrocimento estava concluído, e em fase de reclamação. Por estar tudo bem encaminhado, expetava-se que no verão se conseguissem remover as coberturas de fibrocimento, em todas as escolas do Concelho. Informou que o Programa SED já tinha iniciado e a pessoa responsável, o Veterinário Municipal, poderia ser contactado na Quinta do Mião. As esterilizações eram efetuadas, desde que fosse indicada a localização da colónia, e o nome do cuidador. A vacina da raiva iria ser administrada logo que se iniciasse o programa do Ministério da Agricultura.

O Vereador Rui Braga, respondeu que estavam a correr as démarches burocráticas do protocolo dos noventa postos de carregamento, algumas posições já se encontravam consensualizadas, e aguardava-se autorização da EDP para entrar em obra, cujo início se previa em duas semanas. Frisou que nesta obra em particular, tinha sido feito um esforço para que, a informação de constrangimento de trânsito que iria ser sentido na área, chegasse ao maior número de pessoas da zona e do Concelho. Não conseguiu precisar a data concreta de implementação do Tarifário Social, o Vereador da área estava a implementar o que tinha sido aprovado em Câmara. Continuava a aguardar-se da empresa externa o levantamento do processo de exclusão da REN para o PDM, que da parte da Autarquia estava pronto. A breve trecho haveria novidades sobre a Loja do Cidadão, já tinham sido identificados alguns locais para a sua implantação, e estava a ser estudada a forma de juntar todos os serviços num só local. Comentou a divergência apontada pela CDU, aos valores das verbas gastas com o COVID e discriminou as aquisições que tinham sido feitas, nomeadamente ventiladores para o Hospital, EPI's para as forças policiais, material de proteção para o Hospital e para a equipa de Bombeiros, isenção de taxas e tarifas a todo o comércio, formação de mais uma equipa de Bombeiros, portanto se a CDU não sabia onde a Câmara Municipal tinha sido gasto o dinheiro, andava distraída da vida autárquica. A não ser que, o objetivo fosse de criar suspeitas, o que era entendível, porque as eleições estavam à porta e convinha passar o discurso de que gastavam o dinheiro em publicidade, em vez de acudir às pessoas do Barreiro. “É tão fácil! Mas os senhores sabem um bocadinho mais do que isso, sabem mais e sabem precisar tão bem quanto nós, porque votaram estas opções, aonde é que foi gasto o dinheiro do COVID. E também têm que saber, que estes dois milhões e meio de euros e o que está defendido neste Orçamento, representa para a Autarquia um esforço enorme, para combater aquilo que nós estamos a passar todos juntos. E tentar apoiar ao nosso nível, ao nível municipal. Bem sei que os senhores gostavam de ver uma Cidade parada, mas este não é o tempo do Barreiro parado...esse foi o vosso.”, disse.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, agradeceu ao Deputado Francisco Alves por ter trazido a questão do pagamento à SIMARSUL e AMARSUL. Comentou que as questões colocadas pela CDU lhe faziam sempre lembrar o passado, e argumentou que, em janeiro de dois mil e vinte e um, depois de um dos piores momentos da economia, e do pico elevadíssimo da pandemia em Portugal, os números oficiais de desempregados no Concelho do Barreiro inscritos do IEFP, eram de três mil seiscentos e vinte, e em setembro de dois mil e dezassete, ao fim de doze anos da governação CDU, liderada por Carlos Humberto, eram três mil setecentos e onze. Mesmo no meio de uma pandemia, tinha conseguido um número mais baixo do que a CDU, que tinha votado contra o investimento no desporto, na cultura, na educação e nos bombeiros, tinha estagnado nos projetos âncora como a POLIS. A caminho do quarto ano de



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mandato, metade vivida em pandemia, o Barreiro mostrava resiliência, capacidade de investir, capacidade de apoiar e acima de tudo, mostrava aquilo de que era feito.

O Deputado Ricardo Teixeira, afirmou que ao ouvir as últimas intervenções, se via quem estava agressivamente em campanha eleitoral, indo buscar o passado e Carlos Humberto, como resposta a uma simples pergunta, sobre o que tinha sido enviada para a DGAL.

O Deputado José Caetano, questionou por que motivos a Câmara Municipal, se recusava a informar a Assembleia Municipal, Órgão responsável por fiscalizar a Câmara, sobre o que estava a fazer. A CDU tinha apresentado o requerimento, apenas para saber o que tinha sido feito em relação ao COVID. Insinuou que, a Câmara Municipal continuava com as negociatas debaixo da mesa. Na última Assembleia, o Deputado Isidro Heitor, tinha informado que a Câmara Municipal enviara ao Governo, um conjunto de obras a realizar no Barreiro, a integrar no PRR, quando a Assembleia Municipal não tinha sido informada, e tinha sido recusado um conjunto de propostas do Barreiro, com que a CDU tinha tentado contribuir para a discussão pública, promovida pelo Governo. Era a prática do PS, com maioria relativa na Câmara Municipal, não informar nada nem ninguém, quando por lei era obrigada a prestar contas da sua atividade à Assembleia Municipal e a CDU exigia isso. Questionou se tinha havido concurso público para instalar o fornecimento de energia elétrica para abastecimento automóvel no Barreiro, Fez analogia com o fornecimento de um serviço aos CTT, em que se utilizavam instalações e meios técnicos da Câmara Municipal, para serviço de um privado. Pôs em questão a qualidade das obras que vinham sendo feitas, exemplificando com o espaço entre o Luso e a Avenida de Santa Maria, que apesar de já repavimentados por duas vezes, apresentavam os mesmos problemas, pois o alcatrão tinha sido comido pela terra. Acusou o Presidente da Câmara de ter esquecido das consequências da Troika no País, quando falou dos números de desemprego em dois mil e dezassete.

O Deputado Manuel Sabino, pediu o ponto de situação da construção do Centro de Saúde do Alto do Seixalinho, das obras do Bairro Redol, da Braamcamp e da Esquadra da PSP.

O Vereador Rui Braga, considerou que as afirmações “negociata” e “por debaixo da mesa”, proferidas pelo Deputado José Caetano, faziam parte de uma estratégia e de um discurso entranhado na CDU que o assustava, porque não queria fazer um juízo de valor, sobre o que tinham sido os doze anos de mandato da CDU. E como já não havia mais nada para dizer, em relação às obras, criticavam a sua qualidade, era a oposição que se fazia no Barreiro, com quem tinha aprendido que “há terra que come alcatrão”. Explicou que a obra não tinha sido repavimentada duas vezes, mas sim executada em duas fases, para substituir as redes de subsolo, numa das principais condutas no Barreiro. Frisou que, a CDU ao repetir uma mentira, não a iria tornar uma verdade. “Mas fico preocupado com essa queda para o abismo da CDU das “negociatas”. É algo que vocês deviam pensar internamente. Não vos sai do discurso, devem ter muito para justificar.”, disse.

A Deputada Marta Batista, recordou que tinha decorrido um ano, sobre o início da pandemia do COVID-19 em Portugal, e destacou algumas medidas constantes na Informação Escrita. Por considerar que a atividade do Gabinete Psicossocial poderia não se restringir à pandemia, questionou se iria ser mantido, e em que moldes. Saudou as medidas de apoio à tesouraria do Movimento Associativo Barreirense, o fato de, não ter sido registado nenhum corte de água, no período referente à Informação Escrita, e o facto de o Município ter celebrado acordos de pagamento, ajudando as pessoas com dificuldades em assumir os seus compromissos. Saudou também, a conclusão da obra



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Rotunda de Sete Portais, o incremento do número de árvores no Concelho, e o arranjo paisagístico da Avenida do Parque da Cidade. Questionou se o lado apostado da Avenida, também seria intervencionado.

O Deputado José Paleta, sinalizou a passagem de um ano sobre o COVID e registou com agrado, a reabertura do processo de construção do novo aeroporto, no Montijo ou em Alcochete, o futuro diria, quem estava do lado certo. Em relação à expressão “de bom ritmo”, nas obras para instalar o Parque Oficial, usada pelo Presidente da Câmara lembrou que, já tinha passado um ano sobre a decisão de transferência para aquelas instalações. Voltou a levantar a questão do contrato de arrendamento da Câmara Municipal do Barreiro com o LIDL, o Vereador Rui Braga tinha dito que as rendas, na opção de compra do edifício seriam descontadas, no entanto, tinha sido informado que essa matéria era omissa no contrato, e que, o valor das mesmas passado um ano, já ia em mais de cem mil euros. Comentou que o Presidente da Câmara e o Vereador Rui Braga tinham ficado muito zangados com as intervenções da CDU, quando apenas tinham pedido contas, pois, a fiscalização da atividade da Câmara era uma atribuição da Assembleia Municipal. “Não fiquem zangados, prestem contas, porque a Câmara não é deles, estão lá com uma missão, como estão outros quaisquer. E o povo, no futuro, dirá se eles devem continuar ou não, e digo-vos, eles não têm condições para continuar.”, concluiu.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, expressou, na qualidade de Eleito, a importância de os Eleitos da CDU, terem a perceção de que a Assembleia cumpria as competências legais, e que não era por dizerem o que diziam, não era o que escreviam nas redes sociais, nem nos comunicados dos Partidos, que a verdade deixava de ser verdade, ou a mentira passava a ser verdade. Se alguém do Barreiro questionasse, se os Deputados do BE e do PAN, estavam de acordo com todas as medidas que tinham sido tomadas na Assembleia, tinha a certeza que a resposta era não! Se alguém perguntasse se concordavam com o que o Executivo fazia, a resposta seria não! Mas se perguntassem, se a Assembleia Municipal existia, se era relevante politicamente e cumpria a sua missão, responderiam que sim, porque se dissessem o contrário, estavam a dizer que não existiam. “E é esta a soberba, que a CDU não compreende que tem! É que na ânsia de apontar o tal dedo, esquecendo-se que está a apontar quatro dedos para si mesmo, não apaga só aquilo que é a atuação do Executivo, apaga aquilo que é a atuação do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do MCI, do Bloco de Esquerda e do PAN, ...em nome de quê? De uma verdade única e centralizada de que nada se faz, mas afinal quando se faz não tem qualidade, que as coisas não progridem, mas quando progridem nós queremos voltar para trás ... e a questão que me sobra, é se querem voltar para trás para dois mil e cinco, quando ensaiaram uma narrativa que não correspondia à realidade, se querem voltar a dois mil e nove, se querem voltar a dois mil e treze, se querem voltar a dois mil e dezassete onde o povo do Barreiro também falou... porque o povo do Barreiro fala quando chamado a falar, não fala só quando a CDU ganha. É assim! E todos nos sujeitamos ao sufrágio. Não há o povo bom e o povo mau! Há o povo! Não há a vontade que nos agrada e a vontade que não nos agrada. No dia em que o povo entender que o Frederico Rosa, o André Pinotes, o Isidro Heitor e os outros não devem aqui estar, pois o povo encarregar-se-á de fazer como fez com a CDU em dois mil e dezassete, com o então candidato e ex-Presidente da Câmara, Carlos Humberto que foi candidato à Assembleia Municipal. E dirá não, nós não queremos este caminho. Esta a vontade do povo, é assim que ele se expressa. Mas mais, Senhores Deputados e queria finalizar com isto... não é só a acusação permanente que os Órgãos não funcionam porque não dizem, o que os Senhores querem dizer. É uma outra coisa! Há pessoas que refletem nesta Assembleia, sobre a elevação do debate político, e eu abraço esse desafio. Acho que é importante termos um espírito autocrítico,



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para citar um conceito tão caro à organização interna do Partido Comunista e sim... existirão vezes que podemos ter algum excesso de linguagem, todos nós. Mas a pergunta que fica é que, realmente como diz o povo na sua imensa sabedoria, "quem não se sente, não é filho de boa gente". E quando se começa um Mandato com as músicas do Padrinho, as acusações das negociatas, lamento, mas não posso ter uma parte da Assembleia a exigir elevação, enquanto a outra parte decide fazer um caminho de puro desgaste. Mas isto tem uma razão de ser. É que muitos dos eleitos vão deixar de ser eleitos..., e então dão-se a um papel, que é o papel de desgastar. E o futuro, como aqui já foi dito por um Senhor Deputado, encarregar-se-á de dizer qual é a vontade do Povo. Estou certo de uma coisa. O Presidente Frederico Rosa tem feito tudo o que está ao seu alcance, para fazer avançar o Barreiro, é minha convicção que o Barreiro não pode voltar para trás, mas se o Povo achar que o Barreiro deve voltar para trás, pois nós não vamos ficar agarrados à cadeira, nem vamos ficar com saudade dos corredores do poder, nem vamos ficar a pensar de lado nenhum como é que cá podemos voltar. Vamos respeitar! Mas há uma coisa Senhores Deputados sobre elevação, que é muito simples. Não vale a pena irmos aqui rasgar as vestes e pedirmos para haver muita elevação, muita educação, quando nós próprios, mesmo num tom educado, colocamos perguntas que são de uma enorme insídia, e por vezes as divergências até são pequenas, mas as palavras são muito rudes. E, portanto, eu associo-me àqueles que querem um debate elevado, mas chamo a atenção que não é só o tom que eleva o debate é também a substância. E, quando a crítica é muito pequenina, quando é muito ausente de ideias, então isso acaba por nos convidar para debates vazios, mais ruidosos e menos substantivos. Eu não me revejo nesses debates, mas também penso que por uma questão de dignidade política, repito, por uma questão de dignidade política, nós não temos que ouvir tudo e levar para casa. E repito, por uma questão de dignidade política, não temos que ouvir tudo e levar para casa! E isto também é elevação, porque para mim, como me ensinaram em casa, elevação é também dar-mo-nos ao respeito, com quem não nos respeita.", disse.

O Deputado José Paleta, "É um protesto pelas palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, partiu de uma inverdade a certa altura... não quer dizer que fosse das primeiras palavras, colocando na afirmação da CDU, que a CDU diz que nada se faz. Ninguém disse aqui, em relação ao Executivo da Câmara, como em relação aos Executivos das Juntas, que nada se faz. Partimos desta afirmação para depois vir um "chorrilho", (desculpem não quero usar o termo "chorrilho"), um conjunto de afirmações que correspondem a uma opinião política naturalmente, de um adversário que é o PS, um adversário da CDU, mas não é verdade que algum de nós tivesse aqui afirmado que nada se faz. Nós pusemos em causa como se faz. E naturalmente, as próprias prioridades naquilo que se faz. Em relação mesmo à intervenção do Presidente da Câmara ou dos Vereadores, o que nós lamentamos é não haver um Presidente de Câmara mais interventivo, em vez de vir para aqui gritar contra a CDU, e com medo que vem agora o Carlos Humberto outra vez, não é, com complexo. O que nós gostaríamos ...(interrupção)...era ter um Presidente mais ativo, mais interveniente, a reivindicar a Terceira Travessia, a reivindicar coisas que nós pusemos aqui em apreciação e que não quiseram fazer, coisas para o Barreiro, o Terminal de Contentores, a ligação ao Seixal. Nós gostávamos de ver essa intervenção e não vemos. Se não vemos, criticamos e apresentamos as nossas propostas para o desenvolvimento do Concelho. Portanto, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com toda a estima que tenho por si, e até alguma admiração enquanto um Jovem Barreirense, nós nunca afirmamos que a CDU diz que nada se faz.", afirmou.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, "Vou tentar ser muito sintético, começava por... (interrupção), ...tem que perguntar ao Presidente em exercício porque eu estou noutra função, não vou responder, eu não misturo as duas, eu optei por



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervir como Deputado..., posso responder a seguir, se quiser...Então pronto! Senhor Presidente dá-me licença que reinicie? Muito obrigado! Vou tentar ser muito sintético. Desde que o Poder Local Democrático foi instituído, sempre fez obra. Teremos apreciações diferentes sobre a obra que foi feita, o Senhor Deputado achará que foi muita em determinados momentos e pouca noutras eu tenho a minha apreciação, mas eu não vim aqui fazer uma retrospectiva histórica da obra que é feita pelas Autarquias, mas em sentido global quero-lhe dizer, não houve nenhuma autarquia em lado nenhum do País, fosse de que partido fosse, que não tivesse feito obra. E relativamente ao poder antes da nossa Democracia, também fizeram obra, essa eu tenho mais dificuldade em louvar, porque eu não gosto de louvar fascistas, mas também reconheço que, por exemplo, os TCB foi uma obra que não nasceu na Democracia. Mas enfim, esses eu tenho mais dificuldade do que tenho aos outros, porque os outros são democratas, como o Senhor Deputado é, e eu também sou! Segunda nota que lhe queria dizer era o seguinte: o respeito é mútuo, o facto de nós divergirmos nas ideias, não faz de nós inimigos. Mas note uma coisa, no protesto que fez à minha intervenção, começou por mim, passou o tempo todo a falar do Presidente da Câmara e acabou em mim. Portanto eu não lhe posso responder porque o protesto que fez, na verdade não foi comigo, foi com uma questão política que tinha a ver com o Presidente da Câmara. Como referi, só lhe posso deixar a minha percepção Temos um Presidente da Câmara, e esta é a minha percepção, a minha avaliação genuína e convicta, citando o Vereador Rui Braga, digo-lhe do fundo do coração..., que dá tudo por esta Terra, e isso para mim é importante. E mais, fá-lo com qualidade e fá-lo com desenvolvimento, e isso para mim também é muito importante. Sobre a questão do aeroporto, voltaremos numa altura posterior para fazer esse debate, ao qual não quero deixar de dar uma nota, e sobre o PRR também, mas não vou usar deste tempo, porque não é neste momento que o devo fazer.”, disse em contraprotesto.

A Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, referiu que, ou por desconhecimento ou por manobra política, os Deputados da CDU tinham abordado o tema CTT, quando estava a decorrer um processo de protocolo da ANAFRE com as freguesias, que iria dar regalias às que tinham recebido os CTT nas suas instalações. A Junta de Freguesia do Lavradio, tinha sido distinguida como um dos melhores postos de atendimento em parceria, da zona sul, atribuindo um prémio, prémio esse, que tinha sido entregue a uma das trabalhadoras desse serviço. Comentou as suspeições levantadas pelo Deputado José Paleta, em relação à mudança de instalações dos trabalhadores do Nicola, e às suspeições levantadas pelo Deputado Ricardo Teixeira, com o pedido do requerimento, como areia para desviar as atenções. Salientou como novidade na Informação Escrita, o facto de as freguesias irem encabeçar o Plano de Pavimentações, salientou também a construção da Piscina dos Fidalguinhos, o novo estacionamento junto à Escola EB1, JI dos Fidalguinhos e a edificação de uma street workout na urbanização. “Portanto, quando nós vimos para aqui fazer a política da suspeição, e colocar à frente dos interesses dos Barreirenses a nossa ideologia política, e através desta barreira completa, não sermos permeáveis ao desenvolvimento, francamente Senhores Deputados, deixam muito na minha opinião, politicamente deixam muito a desejar. O Barreiro ficaria muito mais pobre.”, terminou.

O Deputado Ricardo Teixeira, “É mesmo um pedido de esclarecimento, eu por norma tento ter sempre algum cuidado na linguagem e tentar ser claro, e gostava que me esclarecesse onde é que eu levantei suspeitas, na minha intervenção.”, pediu.

O Deputado José Caetano, “O meu pedido de esclarecimento, é sobre os CTT. É verdade ou não que, ao arripio da Lei de Atribuições e Competências das Autarquias Locais, a Junta de Freguesia do Barreiro/Lavradio tem trabalhadores, instalações que prestam serviço aos CTT, sem que as contrapartidas sejam suficientes para colmatar os



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gastos que a Junta de Freguesia tem em relação a esse serviço que presta aos CTT. Outra pergunta é, se qualquer eventual protocolo a assinar entre as Juntas de Freguesia e a ANAFRE, têm consequências legais. É que não são protocolos entre as Juntas de Freguesia e a ANAFRE, que levam as Juntas de Freguesia a cumprir a legislação em vigor. Só depois do Governo e da Assembleia da República aprovarem legislação correspondente.”, afirmou.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, disse ao Deputado José Caetano que a intervenção acabada de fazer, evidentemente não tinha sido um pedido de esclarecimento, mas iria considerar como tal. Procedeu á leitura do que estava consignado no Regimento sobre essa figura regimental e pediu aos deputados que o tivessem em consideração. Acrescentou que as regras tinham sido feitas por todos em conjunto, ele só as aplicava.

A Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, respondeu ao Deputado Ricardo Teixeira que, no seu entendimento, o requerimento trazido à Assembleia Municipal, era uma forma polida de levantar suspeição, pois poderia ter feito o pedido de esclarecimento à Câmara Municipal. Respondeu ao Deputado José Caetano que, a Presidente e o Executivo da Junta, tinham sido eleitos para servir os barreirenses, e no caso dos CTT os lavradienses, e era com eles que tinham um compromisso, e reafirmou que, após terem sido feitos todos os esforços, para que o posto de atendimento dos CTT retomasse ao Lavradio, tinham optado por não reivindicar apenas, tinham arregaçado as mangas e resolvido o problema. As mais valias do Protocolo com a ANAFRE não eram para os CTT, mas sim para a população do Lavradio, que todos os dias se servia do posto de atendimento e da caixa de multibanco, portanto não estavam a ser servidos os interesses dos privados, mas sim, os da população do Barreiro e Lavradio.

O Deputado Vítor Castro Nunes, considerou que todos os Partidos estavam pelo Barreiro, todos a pensar na melhor forma de prosseguir os interesses dos barreirenses, mas com opções e orientações diferentes, por isso se faziam críticas e colocavam questões, e não tinha o preconceito de que alguém quisesse ser desonesto, ou não fazer o bem do Barreiro. Não era populismo nem demagogia, o Partido Social Democrata ter proposto que a Assembleia Municipal recomendasse à Câmara, no contexto difícil da pandemia, a construção de um plano de ajuda às famílias e às empresas, onde tinham colocado algumas medidas, mas naturalmente, seriam bem-vindas as sugestões de todos os Partidos. Exemplificou com o Plano de Recuperação e Resiliência, em que tinha sido fixado um valor, e depois consultadas as entidades, quanto às medidas que seriam adotadas, e que parte do valor dos empréstimos efetuados poderia ser afetado a esses apoios. “Os apoios, alguns já foram prestados, sim senhor, a tal lista que foi aqui pedida, com um valor significativo. A Senhora Presidente, aliás os Presidentes de Junta têm feito esse trabalho, eu não digo que não fazem. A Presidente da Junta da União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, que aliás é acompanhada por um distinto companheiro do PSD, tem feito o trabalho dela seguramente. Com certeza que sim, eu gostava era que eles tivessem meios para fazer ainda mais, na falta da participação do Estado.”, acrescentou. Saudou a conclusão do projeto POLIS, o avançar da Start Up Barreiro, do terreno do Gaio, da Escola N°3, da Rotunda de Sete Portais, da USF Alto do Seixalinho, mas sem a certeza de que todas fossem prioritárias, face às dificuldades que as pessoas, as empresas, as coletividades iriam passar. Questionou quais eram as dificuldades do empreiteiro em completar as infraestruturas do loteamento da Verderena e da Piscina Municipal dos Fidalguinhos. Questionou também se a Estratégia Local de Habitação estava a ser elaborada, questionou o que estava a ser feito quanto à segurança, que posição tinha tomado a Câmara, quanto ao Plano de Recuperação e Resiliência.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pretendeu saber como seria feita a utilização das instalações da Doca Seca, para quando estava programado o debate relativo ao documento Estratégia Barreiro 2021, qual era a evolução da situação financeira dos TCB, no quadro da pandemia, e quais as novidades relativamente a infraestruturas estratégicas.

A Deputada Márcia Calafate, referiu que estava de acordo, no tom e na substância, com algumas intervenções nomeadamente do Deputado Vítor Castro Nunes e do Presidente da Assembleia Municipal, a quem sugeriu que desse alguns conselhos ao Presidente da Câmara, por ter dito aos gritos, que a CDU tinha parado e estagnado o Barreiro. Referiu também, que não iria abdicar de expor as questões que entendesse, também achava que ninguém queria mal ao Barreiro, mas claramente tinha opções, prioridades e formas de estar diferentes. Pediu o ponto de situação de algumas candidaturas, mas antes enunciou as que existiam há quarenta meses atrás, como o Pacto da Área Metropolitana de Lisboa, PAMUS, o Plano de Ação e Regeneração Urbana, PAIDC, DLBC e o Programa Operacional da Sustentabilidade de Recursos. Acrescentou que a conclusão da última fase do POLIS, tinha deixado de parte uma obra de águas e saneamento.

O Deputado Isidro Heitor, em nome da Bancada do Partido Socialista, apresentou felicitações ao Partido Comunista Português, pela passagem do 100º Aniversário. Considerou que a sua existência era essencial para a democracia, e muito importante para valorizar o debate político no Concelho do Barreiro. Comentou que, fruto do impacto da pandemia, os problemas sociais e a pobreza iriam começar a acentuar-se, pelo que todos deveriam fazer o seu melhor, para os atenuar junto dos seus concidadãos. Mais comentou que, no momento presente, gerir uma autarquia requeria inteligência, coragem, inovação, adaptação, o cumprimento legal das medidas em vigor, as determinações das entidades competentes, a implementação e execução de medidas de resposta adequadas, aos problemas que localmente e diariamente, fossem sendo colocados. Considerou que o atual Executivo, apesar de ter gerido metade do seu Mandato, em período de pandemia, tinha estado à altura do desafio, e respondido em conformidade com os recursos do Município, conforme os dados comparativos já referidos a nível regional e nacional. Reconheceu que todos estavam ali, para defender os interesses do Concelho do Barreiro e dos barreirenses, cada um à sua maneira, com opções políticas diferentes, e modos diferentes de fazer política. Já se notava o facto de se estar a meia dúzia de meses das eleições, pois havia propostas apresentadas na Câmara Municipal, que, antes de os próprios Vereadores saberem, eram divulgadas na imprensa, bem como outras medidas passassem ou não, nos respetivos órgãos. Para desmistificar a demagogia do que tinha sido colocado sobre o PRR, fez referencia aos projetos âncora nacionais, que a Câmara Municipal tinha sinalizado para os Fundos Estratégicos da AML, no âmbito do Portugal 2030, e do Plano de Recuperação e Resiliência. Pediu ao Executivo para informar se tinha recebido dos mandatos anteriores, algum Plano Estratégico de Habitação Social, que pudesse ser apresentado em termos de candidatura, nomeadamente no PRR, com subsídios a cem por cento, ou se eventualmente, estava a fazer alguma coisa em tempo para apresentar propostas. Informou que na recente Comissão de Finanças, tinha sido lançado o repto de debater nas Comissões da Assembleia Municipal, os projetos estratégicos para o Município do Barreiro, para que, em Assembleia Municipal, pudessem ser consensualizados. Aconselhou uma política seletiva e bem elaborada, na distribuição de recursos do Município, pois, os efeitos da pandemia já se refletiam na descida de receitas. Relevou as obras efetuadas, a plantação das seiscentas árvores, e o avançar das obras no LIDL. Teceu comentário sobre as referências feitas pelos Deputados da CDU, às “negociatas” e ao setor privado. Pediu o ponto de situação da Esquadra da PSP, perguntou se o Moinho Grande, já tinha tido visto do Tribunal de Contas, e se o PDM iria ser concretizado no Mandato em curso.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado José Paleta, “O Deputado Isidro Heitor, a propósito do Plano de Recuperação e Resiliência, disse que o que a CDU apresentou aqui é demagogia...(interrupção). Entretanto na sua intervenção, foi afirmando e informando a nós, que das várias coisas que chegaram à Área Metropolitana, quer da Câmara, quer dele próprio, foram entregues peças para este Plano. E o que eu pergunto é se uma pessoa é mais importante que a Assembleia Municipal. O que nós propúnhamos, era que a Assembleia Municipal entrasse ...” (interrupção).

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, disse ao Deputado José Paleta, que não estava a formular um pedido de esclarecimento, perguntou se desejava continuar, e seria descontado tempo, ou não, pois estava a utilizar uma figura regimental errada.

O Deputado José Paleta, “Nesse caso é só perguntar, se é demagogia aquilo que nós fizemos!”, terminou.

A Deputada Márcia Calafate, sobre o que o Deputado Isidro Heitor, quis esclarecer que na verdade, a Área Metropolitana de Lisboa tinha pedido um conjunto de elementos às Câmaras sobre Habitação e Transportes, que não tinha sido tornado público. Diferente era a consulta pública, em que tinha havia Municípios e propostas apresentadas por Bancadas do Partido Socialista, no ponto de Antes da Ordem do Dia, para a Assembleia Municipal participar também na consulta pública, e, tinha sido aprovado. A Área Metropolitana tinha participado nessa consulta pública do PRR e anexado propostas dos vários Municípios. Portanto eram duas coisas distintas, a listagem que a Área Metropolitana tinha solicitado no âmbito da discussão do PRR, a listagem solicitada pela Área Metropolitana aos municípios no âmbito da habitação e no âmbito dos transportes, também no âmbito do PRR. Não tinham sido essas informações, a posição pública da Área Metropolitana.

O Vereador Rui Braga, reafirmou que as novas instalações operacionais estavam a andar bem, a previsão era terminar em junho. Não era verdade o que tinha sido dito sobre o contrato, pois todas as rendas pagas ao longo dos primeiros três anos, seriam descontadas na opção de compra, e isso, não era omissivo no contrato. Explicou que consideravam razoáveis, face aos constrangimentos do COVID, a obra tinha mais trinta dias para finalizar nas infraestruturas. Comentou que era injusto e desajustado, o exemplo que o PSD recorrentemente utilizava, na opção do Armazém de Víveres em detrimento de ajudar a economia no âmbito do COVID, pois era um projeto antigo, fruto de uma candidatura ao IFRU, específico para reabilitação urbana, cujo dinheiro não podia ser canalizado para mais nada. As obras da Esquadra estavam a correr bem, dentro do prazo, esperando que a parte da Câmara estivesse concluída em junho.

A Vereadora Sara Ferreira, respondeu que a Estratégia Local de Habitação estava em fase de conclusão e expetava-se a sua apresentação na primeira Reunião de Câmara de abril. O documento iria permitir aceder ao financiamento do Programa Primeiro Direito, para construção de fogos, a aquisição para reabilitação não era comparticipada. Não havia nada feito, o processo tinha partido do início.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, em relação à Doca Seca, respondeu que havia a intenção de realizar um contrato com a Associação lá presente, para definir regras de uso para as infraestruturas comuns e dos espaços privados, com a certeza de que não haveria espaço para os direitos adquiridos, por estar lá há mais ou menos tempo, e que seria dada prioridade às pessoas que fazem da atividade piscatória,



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a sua atividade de vida profissional. O Bairro Alves Redol era o exemplo de um Programa que iria ser feito via PRR, com financiamento a cem por cento, e não os cinquenta por cento que estavam, e explicou o caminho que tinha levado à decisão. Ressalvou o que já tinha sido dito pelo Vereador Rui Braga, sobre o empréstimo do Armazém de Víveres e não fazer a obra, versos dar apoio, frisando que era um tipo de crédito para um determinado fim. Poderia achar-se que o fim não era nobre ou útil no momento, mas não se podia fazer a transposição de uso.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, informou que o Deputado do PSD, pelo facto de ainda ter tempo, tinha tido intenção de fazer uma observação, e ceder ao Presidente da Câmara uma parcela desse tempo, para poder responder, mas face à precedência do pedido de esclarecimento da Deputada Márcia Calafate, não seria necessário ceder o tempo.

A Deputada Márcia Calafate, pediu esclarecimento sobre a verba que estava afeta ao projeto do Bairro Alves Redol, em virtude de ir ser feito via PRR.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, respondeu que a verba que estava afeta, tinha sido redistribuída noutras candidaturas, como a Escola N.º3, o Barreiro-A e Moinho Grande, conseguindo com essa ginástica da gestão, ter o Bairro Alves Redol financiado a cem por cento e reforçar as verbas das candidaturas a cinquenta por cento, para um valor mais próximo dessa percentagem.

O Deputado Vítor Castro Nunes, observou que era evidente que o empréstimo para a construção do Armazém de Víveres só poderia ser afeto a esse fim. A sugestão que tinha sido dada, ia no sentido de que o dinheiro não fosse utilizado no momento, e fosse criado um fundo, passando indiretamente uma verba da afetação daquela obra, para apoio às pessoas e às famílias. Era possível e era uma opção.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, frisou que o dinheiro da obra não poderia ir para outra rubrica, portanto havia duas soluções. Fazer um crédito de um milhão de euros, a pagar a vinte anos, para dar treze euros a cada barreirense, ou então fazer o que consideravam um investimento, com capacidade de ser replicador de mais valias, como por exemplo a Startup

3.2 APROVAÇÃO DO MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL, 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO COM INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, referiu que a Comissão de Finanças tinha sido profícua, por nela se ter discutido à exaustão a matéria, expetando que, os Deputados tivessem passado a informação às suas Bancadas. Assim, resumiu de grosso modo, o aumento da verba da SIMARSUL-AMARSUL, o aumento das verbas de Recursos Humanos via CGA, TRU, Opção Gestionária, das questões de renovação de águas e saneamento, da intervenção do espaço público, e da aquisição de material para combate ao COVID. Deu nota da passagem do POCAL para o SNCAP, das alterações que isso implicava na forma da introdução do Saldo de Gerência, e das dificuldades do mesmo. Ficou disponível para responder a mais questões.

O Deputado Ricardo Teixeira, enquanto Coordenador da Comissão de Finanças, Administração e Descentralização, informou que, pelo facto de não ter estado presente, aquando da discussão do Orçamento, não tinha sido possível dar nota sobre o funcionamento da Comissão. Disse que a mesma reunia com frequência, sempre que



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

existiam assuntos financeiros, e para tal, tinham contado sempre com a disponibilidade de todas as Bancadas e dos Presidentes da Assembleia Municipal e Câmara Municipal. Estava agradado porque, mesmo durante a pandemia tinham arranjado com os Serviços, forma de nunca parar a Comissão, pois as matérias e as informações tinham detalhes muito técnicos, e nem todos os deputados, disponibilidade para as entender, e por isso se fazia o esforço no sentido de todos poderem discutir, com as suas Bancadas. Tinha sido combinado na Comissão, que não se discutiriam os Mapas de Execução Orçamental da Despesa e da Receita, porque em abril viria o Relatório de Gestão, com informação muito mais fidedigna. Na Revisão da Despesa de dois mil e vinte e um, tinha conseguido identificar um reforço na opção gestonária e no subsídio de penosidade e insalubridade, e o restante estava em despesas de pessoal. Em virtude de não ter havido novo Mapa de Pessoal, nem novos concursos, questionou se esses valores, não deveriam ter aparecido no Orçamento de dois mil e vinte e um.

O Deputado Durval Salema, afirmou que o Grupo Municipal do PAN concordava basicamente com todas as despesas acrescidas, com incorporação no Saldo de Gerência, nomeadamente com a recompensa pelo desempenho dos trabalhadores, e com os novos acessos a pessoas com mobilidade condicionada. Era importante também que fossem construídos no Centro Oficial de Recolha da Quinta do Mião, equipamentos que permitissem a realização de atos cirúrgicos, bem como obras de requalificação e ampliação.

O Deputado Francisco Alves, subscreveu a opinião de que, a reunião da Comissão de Finanças tinha sido esclarecedora. Entretanto tinha surgido uma dúvida sobre os Recursos Humanos, que também já tinha sido colocada em Reunião de Câmara, e pediu esclarecimento.

O Deputado Vítor Castro Nunes, comentou que, de facto era muito significativo, o reforço nos Recursos Humanos. Não estavam em causa as contribuições obrigatórias, nem a proteção dos trabalhadores da Autarquia, estavam em causa eventualmente, pagamentos adicionais, quando, conforme tinha dito o Deputado Isidro Heitor, as pessoas do setor privado seriam, as que maiores dificuldades iriam sentir. Era mais uma vez, uma questão de opção, atribuir valores a uns e não a outros.

O Deputado Isidro Heitor, também tinha gostado do debate da matéria na Comissão de Finanças, bem como da discussão de assuntos estratégicos e a forma de os financiar em termos do Concelho do Barreiro e era importante que no futuro se pudesse trazer algumas propostas consensualizadas. Comentou como positivo e de realçar em termos de gestão do Município, o facto de o Saldo de Gerência de dois mil e vinte ser superior aos Compromissos Transitados. Fez comentários sobre o reforço da rubrica de despesas de pessoal, e sobre a política de recursos humanos prosseguida pelo Executivo. Comentou também, que era importante fazer um debate e reflexão, sobre algumas áreas como o saneamento e os resíduos, e fazer alguma pedagogia junto dos próprios cidadãos, face ao aumento significativo das toneladas de resíduos produzidas no Município.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, explicou que a entrada de novas pessoas na Câmara, se iria fazer através das bolsas de recrutamento e para os lugares abertos no quadro, e referiu os custos que cada admissão implicava. Mais explicou que no aumento da rubrica estava incluída a avaliação do SIADAP e reposicionamentos na tabela remuneratória. Assumiu que tinha optado por colocar na rubrica de recursos humanos, as poucas verbas que tinham ficado por alocar, em virtude de não conseguir dizer se havia rubricas que precisavam de mais ou de menos, e que achava que a opção



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha sido sensata. Registrou que não era fácil tomar decisões de gestão, tendo em conta que era o primeiro ano, em que o documento estava a ser feito tão cedo.

O Deputado Ricardo Teixeira, perguntou que contratações tinham sido feitas em mês e meio, que não estivessem previstas no Mapa de Pessoal e no valor imputado ao mesmo no Orçamento.

O Deputado José Caetano, argumentou que, para a CDU era incompreensível que na elaboração do Orçamento que tinha sido aprovado em novembro, não tivessem sido consideradas todas as perspetivas, mesmo as que não tinham sido aprovadas em Orçamento de Estado, mas estavam em discussão na Assembleia da República. Considerou que era um aumento tão significativo para os custos de pessoal. Por isso, tinham dúvidas quanto à forma como a Revisão estava a ser apresentada, até porque, a alteração das regras de apresentação dos números, no pressupunha a alteração dos números. Perguntou se, o facto de a decisão sobre as Opções Gestionárias, ter sido tomada em fevereiro, quando a Lei estabelecia que fossem aprovadas impreterivelmente na primeira Reunião de Câmara do ano, não iria trazer dificuldades na aplicação concreta das decisões tomadas.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, achava normal que a CDU estivesse a colocar aquelas questões, pois era o único Partido que na Comissão, não o fazia. Respondeu ao Deputado José Caetano que a Lei dizia que, quando se fazia o Orçamento, se colocavam as verbas à data, e que obviamente sabiam o que estava a ser discutido, por isso como tinha sido dito em Comissão, com rubricas abertas para várias questões, que poderiam vir a ser uma realidade. Explicou que em janeiro o Vereador dos Recursos Humanos tinha feito despacho na Informação técnica do Chefe dos Recursos Humanos com as verbas, e que com o apoio dos juristas se estava a levar esse despacho a Reunião de Câmara. Frisou que na Comissão se tinha falado sobre isso.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, referiu que o anterior Presidente da Assembleia Municipal, Frederico Pereira, tinha feito sempre questão de que o anterior Presidente de Câmara, Carlos Humberto, fosse o último a fechar cada ponto e lançou o desafio de que alguém dissesse, quando é que assim não tinha sido. Comentou que em nenhum debate se iria conseguir dizer tudo, e era preciso perceber quando é que o debate estava consolidado, e as posições conhecidas, porque senão era um sem fim. “Como eu não posso dizer ao Deputado José Paleta que não pode falar porque não tenho esse direito, mas também não posso dizer ao Senhor Presidente da Câmara que não pode falar porque também não tenho esse direito, apelo a todos sem exceção que tenham consideração por isto: - a partir do momento em que a posição política está refletida, não vale a pena chover sobre o molhado Senhores Deputados. O que eu disse não se aplica, no entanto, a um protesto que a Deputada Márcia Calafate suscitou, por ser outra matéria diferente.”, disse. Deu prevalência ao pedido de intervenção do Deputado José Paleta, e lembrou-lhe que o episódio tinha sido com ele, as atas não relatavam, mas estava nas gravações.

O Deputado José Paleta, disse que o Presidente da Assembleia tinha feito um desafio e era aborrecido não responder, pois muitas vezes não tinha sido o Presidente Carlos Humberto, o último a falar.

A Deputada Márcia Calafate, protestou por uma consideração feita pelo Presidente da Câmara, relativamente às Comissões, pois não substituíam o trabalho de Plenário na Assembleia Municipal, e a Câmara não tinha qualquer direito de interferir .no



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

funcionamento dos seus trabalhos. O protesto tinha a ver com a promiscuidade entre a Câmara e o Órgão Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, questionou se a Deputada sabia o que era promiscuidade, por achar que não era isso que queria dizer.

A Deputada Márcia Calafate, respondeu que a Comissão não substituíra o Plenário, e que era abusivo ouvir que os Deputados não podiam colocar questões, porque não as tinham colocado na Comissão. Não estava a acusar o Presidente da Assembleia Municipal na condução dos trabalhos, mas sim, a quem tinha dado a entender que uma Comissão substituíra o Plenário da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, “Eu quando não percebo uma coisa, pergunto. Quando percebo não pergunto, é a primeira questão. Portanto não ache que eu percebi, porque se eu tivesse percebido não lhe perguntava, não tenho muito jeito para isso. Segunda questão, eu não sou a Assembleia Municipal, e se eu assumir que há uma promiscuidade, eu vou repetir, uma promiscuidade, estou a assumir que a Senhora Deputada também é promiscua com o Senhor Presidente da Câmara, e eu não admito que isso seja dito, nem sobre si, nem sobre mim, nem sobre nenhum deputado que aqui está. Portanto são daquelas coisas, olhe vou citar um camarada seu... às vezes nas coisas que estamos a dizer, deixamo-nos levar e dizemos palavras que não queremos. A única coisa que eu não aceito é a palavra promiscuidade. É um preceito meu, quanto ao resto não tenho nada a dizer, nem sequer foi sobre o que eu disse. O Senhor Presidente fala nesta Casa como é evidente, porque é Presidente da Câmara, não é um mero convidado, faz parte deste Órgão, não tutela, não manda nele, aliás, quero dizer que nunca tentou, como eu nunca tentei mandar na Câmara, todos sabemos o nosso papel. É importante perceber isto! É que o Senhor Presidente da Câmara disse, porque eu acho que há aqui uma confusão, mas como eu tenho boa memória, vou só refrescar... disse, é legítimo, mas também é legítimo eu fazer as minhas considerações. E eu, quero dizer uma coisa aos Senhores Deputados... é isso mesmo. É legítimo que o Senhor Presidente da Câmara faça as suas considerações. E é legítimo que a Senhora Deputada não se reveja nelas e proteste. Quero dizer que não há promiscuidade entre esta Casa e a Câmara. Há uma relação saudável. Portanto sim, o Senhor Presidente registou..., se citei mal corrija-me: - O Senhor Presidente disse que era legítimo, mas registava. Pronto, está no seu direito! A Senhora Deputada não gostou, está no seu direito também. São considerações políticas. Agora promiscuidade Senhora Deputada, por favor.”, concluiu.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, comentou que nem era Assembleia, se a Deputada Márcia não fizesse protesto depois de ele falar. Não tinha feito uma consideração, tinha constatado o facto de que, a CDU na Comissão de Finanças não fazia questões e tinha-o registado. Acrescentou que podiam dizer que estava como convidado e que eram promíscuos, era a CDU, não tinha mais nada para dizer.

O Deputado Francisco Alves, perguntou se iria haver ou não, Declarações Políticas.

O Deputado Ricardo Teixeira, reservou-se o direito de fazer ou não perguntas na Comissão de Finanças, porque não vivia da política, quem podia garantir que estava lá com toda a matéria estudada? A Comissão não substituíra as perguntas feitas no Plenário.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, registou que o Deputado Ricardo Teixeira tinha encerrado o ponto, em vez do Presidente da Câmara.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Colocado à votação o ponto 3.2 foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS(13), BE(2) e MCI(1) e abstenção da CDU(5), PSD(3), PAN(1) - Deliberação N.º 13/2021

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, registou que, face ao pedido do Deputado José Paleta, para contentar a Bancada da CDU e ficar em Ata, tinham sido cinco os votos da CDU porque eram os que estavam na sala, porque podiam ser sete se fossem os que tinham começado a Sessão, agora eram cinco, e a CDU tinha dez Eleitos.

3.3 DECLARAÇÕES POLÍTICAS

O Deputado Durval Salema, apresentou a Declaração Política do Grupo Municipal do PAN, inserta na Ata como **anexo XVI**.

O Deputado Francisco Alves, fez a leitura por alto, da Declaração Política do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, inserta na Ata como **anexo XVII**.

O Deputado José Paleta, fez a seguinte Declaração Política: - "É só para mandar uma grande saudação ao povo do Barreiro, toda a gente tem sofrido com a pressão da pandemia. Mandar também uma palavra de solidariedade e esperança, porque a vida vai continuar, ainda que noutros moldes, mas cá estaremos com esperança para que as coisas melhorem. Dar uma saudação ao Dia Internacional da Mulher, Dia 8 de Março, dizer da sensibilidade com que com o Isidro Heitor colocou os cem anos de vida do PCP, comemoramos os cem anos, e a gratidão a todos aqueles que deram a vida à liberdade, a família para que houvesse o 25 de abril, e muitos comunistas, naturalmente como outros democratas, tiveram essa participação, e neste caso o PCP faz os cem anos obrigado, fiquei sensibilizado com isso. E, portanto, dizer ao povo do Barreiro que, com os cem anos, continuaremos na luta para melhoria dos trabalhadores, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, enfim da população em geral que compõe o nosso Concelho. Obrigado!", disse.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, informou que o Partido Social Democrata tinha prescindido da apresentação da Declaração Política, bem como o Partido Socialista, cujo tema o aeroporto, teria lamentavelmente que ficar para outra ocasião. Deixou para futuros mandatos, a reflexão de que, quando se incluísem coisas novas no Regimento, se percebesse se as queriam cumprir. As Declarações Políticas tinham sido uma proposta sua e estava arrependido de o ter feito.

O Deputado David Rodrigues, fez a leitura sucinta da Ata em Minuta, que foi:
Aprovada por unanimidade - anexo XVIII.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, à uma hora e dois minutos do dia três de março de dois mil e vinte e um.

A gravação áudio, encontra-se disponível nos Serviços da Assembleia Municipal do Barreiro e o seu registo de vídeo em,
https://www.youtube.com/channel/UCNgNhQ5vjOIWztGO_3NvEVA.

APROVAÇÃO DA ATA



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, foi lavrada a presente Ata que, após lida e aprovada por **maioria**, na Reunião Ordinária realizada em **29 de abril** vai ser assinada por mim, Filomena Maria Rodrigues Neves, Assistente Técnica, que a lavrei e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista.

O Presidente,

André Pinotes Batista

A Assistente Técnica,

Filomena Neves

